

Revista da Universidade Ibirapuera

Volume 3 - Janeiro/junho 2012

ISSN 2179-6998

Revista da Universidade Ibirapuera

Universidade Ibirapuera

Reitor

Prof. José Campos de Andrade

Pró-Reitor Administrativo

Prof. José Campos de Andrade Filho

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Dr. Antônio Carlos Guedes-Pinto

Diretor Acadêmico

Prof. Alan Almario

Diretora Científica

Profa. Kilça Tanaka Botelho

Editora-Chefe

Profa. Camila Soares

COMITÊ EDITORIAL (UNIVERSIDADE IBIRAPUERA)

Prof. Alan Almario

Profa. Ana Carolina Santos

Profa. Camila Soares

Profa. Carina Macedo Martini

Prof. Cassio José Callegaro

Prof. Cyro Eduardo de Carvalho Ottoni

Prof. Eduardo Colalillo

Prof. Glauco Belmiro Rocha

Profa. Kilça Tanaka Botelho

Profa. Luciana Baltazar Dias

Prof. Manoel Ricardo Severo

Profa. Maria da Penha Meirelles Almeida Costa

Profa. Maria Helena Bacaicoa

Prof. Rafael Biffaratte

Prof. Rodrigo Toledo

CONSULTORES CIENTÍFICOS

Profa. Adriana Maria Fraiha Monteiro – Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Alessandra Corsi – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/USP)

Profa. Aurea Rodrigues - Universidade do Porto – Portugal

Profa. Elita Urano de Carvalho – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/USP)

Prof. Geraldo Jorge Mayer Martins – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Humberto Gracher Riella – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Julio Nelson Scussel - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Leandro Dos Santos Afonso – Universidade Bandeirante (UNIBAN)

Profa. Kênia Warmiling Milanez - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Kleberison Ricardo Pereira – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof. Rogério Ota – Universidade São Judas Tadeu

Profa. Sônia Maria Lanza – Centro Universitário FIEO (UNIFIEO)

EQUIPE TÉCNICA

Projeto Gráfico e Diagramação – Lincoln Schindler

Bibliotecária Responsável – Paola de Carvalho (CRB 8756)

Áreas de interesse da revista

Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes

SUMÁRIO

O TRABALHO ESCRAVO URBANO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIAL, ECONÔMICA E JURÍDICA CARLOS DA FONSECA NADAIS.....	11
EFEITOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA NA SUBJETIVIDADE: SOLTEIROS POR OPÇÃO SANDRA APARECIDA SERRA ZANETTI, ISABEL CRISTINA GOMES.....	20
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E SUAS RELAÇÕES COM AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES RODNEI PEREIRA , RODRIGO TOLEDO.....	26
BULLYING: A PERSPECTIVA DO ALVO ADRIANA JOSEFA DE SOUZA, JOSICLEIDE FERREIRA DA SILVA, ALAN ALMARIO...32	
COMPREENDENDO O EFEITO PLACEBO NOS ANIMAIS E NO HOMEM ISAR NAVES RIBEIRO; MARIVALDO DE SOUZA; WANETE FAGUNDES SOUZA, MARISA BARRETO; WILLIAM CARLOS DE SOUZA; RICARDO BANDEIRA.....	36
A SAÚDE MENTAL DO ENFERMEIRO PALIATIVISTA SILVANA NUNES DA SILVA, MARIA HELENA BACAICOA.....	45
O ENFERMEIRO FRENTE À SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE MARISA MOREIRA TEIXEIRA, ROBSON PEREIRA ROSA, SILVANA NUNES DA SILVA, MARIA HELENA BACAICOA.....	50

EDITORIAL

A Revista da Universidade Ibirapuera inicia o ano de 2012 ativa na difusão do conhecimento e no debate multidisciplinar educacional.

Nesta terceira edição, diversos temas levantam reflexões e divulgam importantes resultados, que representam um ponto de encontro de pesquisas e estudos e geram intercâmbio entre pesquisadores e educadores das Instituições de Educação Superior.

Estão presentes contribuições das áreas de enfermagem, direito, educação e psicologia.

Os artigos são assinados por membros da nossa comunidade interna: egressos, discentes e docentes, além de convidados externos, que nos beneficiaram com suas produções e conferiram integração entre as comunidades acadêmicas.

Todos foram cuidadosamente desenhados para dialogar com os seus interlocutores e convidá-los à reflexão.

Boa leitura.

Prof^a Kilça Tanaka Botelho

Diretora Científica

Artigos científicos /
Scientific articles

O TRABALHO ESCRAVO URBANO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIAL, ECONÔMICA E JURÍDICA

Carlos da Fonseca Nadais
Universidade Ibirapuera
Av. Interlagos, 1329 – São Paulo – SP
carlos.nadais@usp.br

Resumo

O presente artigo tem objetivo de mostrar como o trabalho escravo nas áreas urbanas tem características sui generis, e por isso deve ter a atenção diferenciada do legislador e dos operadores do direito. A par de uma análise sucinta do capitalismo e suas implicações às relações de trabalho, bem como outros fenômenos a ele associados, como a globalização, a exacerbação da competitividade entre as empresas e conseqüentemente, na busca da redução de custos, resultam em algumas práticas extremamente danosas ao trabalhador urbano: o trabalho escravo urbano.

Algumas ferramentas importantes foram disponibilizadas pelo legislador, como a nova redação do artigo 149 do Código Penal, entretanto outras não se adequaram perfeitamente ao combate desse novo tipo de exploração, como a PEC 243/2001. Uma característica especial do trabalho escravo urbano é ser utilizado, atualmente, pelas pequenas oficinas de costura que contratam imigrantes ilegais, atuando como empresas interpostas.

Entendemos que, a par dessa característica específica, a utilização da responsabilidade solidária por empresas tomadoras de serviços, que tenham atividade-fim ligada à confecção, seria um caminho interessante para extinção dessa prática pelas empresas interpostas. As empresas tomadoras devem controlar a cadeia de produção externa, ou enfrentar o Ministério Público do Trabalho, juntamente com o Ministério do Trabalho, firmando Termos de Ajuste de Conduta ou, ainda, suportando as penalidades administrativas, independente de compactuarem ou não com essa prática nas empresas interpostas.

Palavras-chave: trabalho escravo; concorrência empresarial; responsabilidade social.

Abstract

This article is meant to display as slave labor in urban areas has features sui generis, and therefore must have the special attention of the legislature and law enforcement officers. Along with a brief analysis of capitalism and its implications for labor relations, as well as other phenomena associated with it, such as globalization, the intensification of competition between companies and consequently, in the pursuit of cost reduction, resulting in some very practical harmful to the urban worker: the contemporary slavery.

Some important tools were made available by the legislature, as the new wording of Article 149 of the Penal Code, though others did not fit perfectly to this new type of exploitation, such as PEC 438/2001. A special feature of contemporary slave labor is being used currently by small sewing shops that hire illegal immigrants, companies acting as filed.

We understand that, along with this characteristic, the use of joint liability for companies withdrawing services, which have linked to the activity-end clothing, would be an interesting way to extinction by the companies brought this practice. The borrowing companies must control the external supply chain, or face the Ministry of Labour, together with the Ministry of Labour, firming Terms of Adjustment of Conduct, or even supporting the administrative penalties, regardless of compact or not this practice in interposed companies.

Keywords: slave labor, business competition; social responsibility.

I. INTERVENÇÕES ECONÔMICAS DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

1. O fenômeno da globalização

O capitalismo se desenvolve e se adapta às transformações sociais que ele mesmo produz. Numa digressão até século XIX identificamos três revoluções industriais, ligadas à evolução tecnológica: a primeira, com o uso da máquina a vapor; a segunda, da máquina elétrica e dos derivados do petróleo; e uma terceira, da automação por meios eletrônicos. Outra divisão possível apresenta três mudanças de paradigmas de relacionamento do capital com o trabalhador: 1- da exploração desenfreada na primeira fase da revolução industrial; 2- do cientificismo do trabalho taylorista-fordista e do just-in-time toyotista; 3- da interação dos sindicatos na solução ou prevenção de conflitos.¹

Nesse processo de desenvolvimento do capitalismo, houve a introdução da negociação sindical, pela melhor organização dos trabalhadores, visando o aumento negociado da produtividade e dos salários, entretanto não necessariamente na mesma proporção de benefícios das partes.

A organização dos trabalhadores levou a algumas conquistas à classe operária, levando os capitalistas a buscar locais em que a organização dos trabalhadores e o ordenamento jurídico fossem mais propícios à produção, gerando o fenômeno da globalização. A economia passa a se desenvolver em escala planetária: a tecnologia possibilita transmissão de dados em altíssima velocidade; as empresas passam a ser transnacionais, tanto na produção, quanto na distribuição; e ocorre a integração dos Estados, por meio de tratados internacionais.

Se o trabalhador já não era insumo tão relevante na cadeia de produção, com a globalização tornou-se cada vez mais uma pequena peça na grande tarefa da produção. A globalização dos mercados consumidores e produtores levou o capitalista a buscar o menor custo de produção para obter o maior lucro na circulação das mercadorias, e, assim conquistar novos mercados consumidores. Esse tripé de objetivos causou extrema tensão

na relação tripartite “Capital-Estado-Trabalho”, pois, se por um lado, o trabalhador vive a constante ameaça da perda do emprego/renda, por outro, o capitalista vive a constante ameaça da perda de sua posição no mercado de consumidores, e da própria sobrevivência do empreendimento. Por fim, o Estado também sente os reflexos, com a possibilidade de perda de arrecadação e do controle social dos governados.

Se por um lado, o fenômeno da globalização deu oportunidade de maior satisfação material a uma parcela significativa dos habitantes do planeta, tanto pelo viés da maior oferta de bens e serviços, que redundou em barateamento das mercadorias e aumento da massa de consumidores, quanto pela ampliação da quantidade de trabalhadores ativos, decorrente desse aumento de produção; entretanto, por outro lado, a competitividade exacerbada leva à maior precariedade do trabalho e a diminuição da renda dos trabalhadores. Assim aumentou-se a base de consumo, com mais trabalhadores com renda e produtos mais baratos, entretanto a massa de salários e condições de trabalho não cresceram na mesma progressão.

2. O aparecimento do trabalho escravo urbano

Privado do consumo e em busca de integrar-se ao mercado de trabalho, em situações extremas, alguns trabalhadores são levados a aceitar situações desumanas, que atentam à sua dignidade e integridade física: trabalho escravo urbano. Essa nova modalidade de trabalho análogo a escravo tem três características relevantes, previstos no art. 3º, § 1º da Instrução Normativa 91/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego:

a) trabalho degradante, o fulcro da caracterização é o desrespeito aos direitos trabalhistas e de medicina do trabalho pela inexistência de: equipamentos de proteção, salário adicional de jornada extraordinária, de insalubridade ou de periculosidade, boas condições de higiene.

b) exploração do trabalhador, que é semelhante ao trabalho degradante, mas se caracteriza pela situação em que o empregado é submetido a jornadas de trabalho intermináveis, sem folgas semanais, sem registro na CTPS ou qualquer garantia trabalhista básica assegurada. Desse modo,

muitas vezes o trabalho além de degradante é também de exploração.

c) trabalho forçado que se caracteriza pela falta de liberdade de ir e vir do trabalhador. Assim, muitas vezes um trabalho degradante (indigno, mas com liberdade) passa, também, a ser um trabalho forçado; assim o trabalhador por meio de coações passa a estar preso ao trabalho.

Importante salientar que qualquer dessas formas desumanas de exploração do indivíduo faz com que o trabalhador perca sua característica de ser humano, pela falta de liberdade ou pela perda de sua dignidade. Tal situação dá plena inferência a esse trabalhador que não houve desrespeito somente às normas de trabalho, mas também ofensa a uma diretriz de patamar ainda mais elevado, pois “de forma generalizada, a sociedade entende ‘direitos humanos’ como o conjunto dos direitos essenciais da pessoa humana e de sua dignidade”².

Em todas as formas supracitadas de abuso do trabalhador, o indivíduo perde a característica de igualdade com todos os homens, transformando em letra morta a Declarações de Direitos Humanos. Assim o trabalho escravo urbano abarca, concomitantemente, essas três formas de abuso: trabalho degradante, exploração do trabalhador e trabalho forçado.

Cabe ressaltar que as condições de trabalho escravo urbano têm algumas semelhanças com o antigo trabalho escravo, predominantemente rural. Esse último era permitido à época, por um ordenamento jurídico, ou seja, havia reconhecimento dessa prática como regular e legítima. Já o primeiro é manifestamente repudiado pela sociedade e proibido pelo ordenamento pátrio.

A preocupação com as condições de trabalho não se restringem somente ao âmbito nacional, haja vista, a relevância das relações comerciais que extrapolam as fronteiras dos países, pois o fenômeno da globalização leva a produção a operar em escala planetária. Assim a proteção ao trabalhador também se deu nesse âmbito, com a atuação da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

2. II- INTERVENÇÕES NORMATIVAS PARA PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES

3. A proteção normativa externa no combate ao trabalho escravo urbano

A OIT é um órgão das Nações Unidas que “procura fomentar a Justiça Social e os direitos humanos e laborais mundialmente reconhecidos.”³, que estabelece princípios de proteção ao trabalhador, preconizando o repúdio das nações associadas ao trabalho degradante e forçado, mais precisamente nas duas Convenções retrodestacadas. Ressalta-se, entretanto, que tais textos tem cunho programático, mas não se deve desprezar sua força e importância. Ademais, as convenções e normas internacionais de trabalho podem entrar no ordenamento jurídico dos países membros, no caso do Brasil, por meio da ratificação, que é “ato de direito interno pelo qual o governo de um país aprova a convenção ou tratado, admitindo sua eficácia na sua ordem jurídica.”⁴.

A Convenção nº 29 da OIT, que versa sobre o trabalho forçado, foi ratificada pelo Brasil em 25/04/1957 e promulgada pelo Decreto nº 41.721, de 25/06/1957, destaca que “Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificaram a presente convenção se obrigam a suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível.”. O próprio texto deixa claro o objeto do comando repressor:

Art. 2º - 1 Para fins da presente convenção, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade.

A Convenção nº 105 da OIT, que versa sobre a Abolição do Trabalho Forçado, foi ratificada pelo Brasil em 18/06/1965 e promulgada pelo Decreto nº 58.822, de 14/06/1966, vai mais além da Convenção nº 29, e deixa mais explícito seu objetivo final:

Art. 2º - Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso:

- a) como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente;
- b) como método de mobilização e de utilização da mão de obra para fins de desenvolvimento econômico;

- c) como meio de disciplinar a mão de obra;
- d) como punição por participação em greves;
- e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa. (g.n.)

Assim, o objeto dessa Convenção contempla um objeto significativo ampliado que a anterior, abarcando novas situações, mas que não apresenta desconformidade com o objetivo principal: abolir o trabalho forçado.

4. A proteção normativa interna no combate ao trabalho escravo urbano

Se por um lado, a competitividade empresarial, em escala global, exige a diminuição dos custos de produção; por outro, em âmbito local determina uma disputa acirrada no mercado de trabalho. Essa equação pende para o lado mais forte, do capital, e uma parcela de trabalhadores se submetem às necessidades da produção. É nesse cenário que o Estado, o terceiro agente na relação capital-trabalho, tem que assumir seu papel de pacificador das tensões sociais, como destacamos em tópicos anteriores.

As relações de trabalho no Brasil estão submetidas, em grande parte, aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dar cabo à divergência de interesses entre trabalhadores e patrões. Dentre do leque de artigos, inicialmente cabe destacar um dispositivo em especial, que direcionará parte de nossa argumentação:

Artigo 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar, a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

O comando é claro e objetivo, visando proteger o trabalhador de toda e qualquer artimanha que possa retirar-lhe direitos trabalhistas. O trabalho escravo urbano, além de todos os aspectos negativos já expostos, prima pela espoliação do trabalhador, pois permite ao capitalista diminuir substancialmente o custo da produção em três frentes: menor remuneração, prejudicando o trabalhador; sonegação fiscal, prejudicando o Estado; e concorrência desleal, prejudicando outros empresários; ou seja, prejudicando de uma só vez os três atores da relação social de trabalho.

O combate a ilícitos trabalhistas se dá, preponderantemente, na esfera do Direito do Trabalho, do Direito

Previdenciário e do Direito Tributário, mas pelo viés econômico, cabendo aplicações de multas pecuniárias pelo Poder Público. Esse procedimento, entretanto, não se adéqua a repressão ao trabalho escravo urbano. Há a possibilidade da aplicação da legislação penal, que, in casu, pode obter um resultado mais efetivo, pois não depende da manifestação objetiva do trabalhador explorado.

O Código Penal, em seu artigo 149, possibilita o enquadramento desse tipo de relação exploradora, com penalização de até 8 anos de reclusão do responsável, que constitui um marco regulatório importante no combate ao trabalho escravo urbano, proporcionada pela alteração imposta pela Lei n.º 10.803/2003:

Artigo 149 – Reduzir alguém a condição análoga a escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além da pena correspondente a violência. (g.n.)

Antes da alteração desse dispositivo penal, os artigos 197 e 203, também do Código Penal, já versavam sobre os delitos de uso da violência para obrigar alguém ao trabalho, bem como a frustração de direito assegurado por lei trabalhista:

Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

I – a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

Pena – detenção, de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Esses comandos legais poderiam ser utilizados no combate ao trabalho escravo urbano, contudo, percebe-se que, devido a sua generalidade, as sanções cominadas são extremamente brandas, cotejando com a sanção do artigo 149, com tipo penal mais específico.

De todo modo, aqueles que se beneficiam do tra-

balho escravo urbano têm pleno conhecimento da ilicitude, independente de dispositivos penais, quaisquer que sejam, pois o “ato ilícito é a conduta humana violadora da ordem jurídica. Só pratica ato ilícito quem possui dever jurídico. A ilicitude implica sempre lesão a um direito pela quebra de dever jurídico”⁵. Assim não há como tomar, por exemplo, usos e costumes, para abrandar ou até legitimar tais ilegalidades.

5. Princípios Constitucionais de proteção ao trabalhador

Alçando-se a um patamar normativo mais elevado, temos que a Constituição Federal, viga mestra do nosso ordenamento jurídico, aponta algumas diretrizes, como fundamentos e objetivos, da República Federativa do Brasil, que também são as bases de supressão do trabalho escravo urbano, com nossos devidos grifos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil (...) tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Não menos importante temos o disposto no artigo 5º, inciso III, que determina que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Transversalmente, então, podemos afirmar que o trabalho escravo urbano também tem tratamento constitucional expreso.

O artigo 170, da carta Magna, estabelece dois princípios da legitimidade da vida econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na iniciativa privada, dentro de um viés capitalista, sistema econômico adotado pelo Brasil. De um lado, o dispositivo consagra a economia de mercado, e de outro, a prioridade para a valorização do trabalho, como condição de legitimidade da atividade capitalista. A perfeita execução desse binômio “não será tarefa fácil num sistema de base capitalista e, pois, essencialmente individualista. É que a justiça social só se realiza mediante equitativa distribuição da riqueza”⁶. Tal simbiose de indicadores teria como resultado o equilíbrio entre capital e trabalho, ou seja, ambos são necessários para que haja ordem econômica.

Assim tanto pelo viés do Estado (arts. 1º e 3º, CF),

quanto do trabalhador (art. 5, III, CF), como da empresa (art. 170, CF), a Constituição Federal congrega os interesses desses três atores, na busca do equilíbrio na tríade capital-Estado-trabalho.

6. A PEC 438/2001 e o trabalho escravo urbano.

A proposta de Emenda Constitucional – PEC 438/2001 de autoria do Senador Ademir Andrade, do PSB/PA, aprovada em 22/05/2012, que altera a redação do artigo 243 da Constituição Federal, tem como foco principal o trabalho escravo rural, não vislumbrando, pelo menos de imediato, efetividade para o combate do trabalho escravo urbano, objeto desse trabalho. Pois vejamos, então, como ficará o caput do dispositivo constitucional:

Art. 243 - As glebas de qualquer local do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à reforma agrária, como assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

O trabalho escravo urbano é praticado com mais frequência, no ramo têxtil, onde os imigrantes latino-americanos; em sua grande maioria são bolivianos, peruanos e paraguaios; laboram em pequenas confecções da capital paulista. Desse modo, o problema chega também ao âmbito de imigração, pois em sua quase totalidade tratamos com imigrantes ilegais, atraídos pela cantilena de boa remuneração, no mínimo maior que nos países de origem.

Os próprios explorados encontram dificuldades em denunciar essa situação de trabalho, posto que também eles estão irregulares perante as leis nacionais e, sendo assim, seriam eles também objeto de investigação da autoridade científica da irregularidade. O comando do art. 125 da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro) é bem clara:

Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas:

I - entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino);

Pena: deportação.

Também há ainda o abandono que esses trabalhadores estarão submetidos ao denunciar tal opressão,

pois o local de emprego é também, comumente, o local de moradia, assim sem o emprego esses estão imediatamente entregues à própria sorte, abandonados, sem local de abrigo.

Por fim, a maioria deles está sempre em dívida com o contratante e, conseqüentemente, sem recursos econômicos sequer proporcionar, alimentação e moradia para si e a família, quanto mais para retornar ao país de origem.

A possibilidade de denúncia das condições degradantes do trabalhador escravo urbano tem, assim, características assaz diferentes da espécie rural, acrescentando que os contratantes dos préstimos de serviços desses imigrantes ilegais são grupos, em sua maioria, não identificáveis e até mesmo imigrantes ilegais como eles.

Percebemos então a complexidade no trato com o trabalho escravo urbano, logo a solução que melhor se apresenta, tanto pelo viés legalista quanto sociológico, é obstar o uso desse tipo de trabalhador, atacando o foco que são as empresas tomadoras desse serviço.

7. O uso da “terceirização de serviços” para burlar a responsabilização do trabalho escravo urbano.

Como vimos, a pós-modernidade impinge concorrência feroz entre as empresas, que por sinal induz à corte de custos cada vez maiores, acarretando, em muitos casos, na precarização das relações de trabalho. O Estado intercede emitindo normas protetivas, prevendo sanções aos empresários, do mesmo modo que OIT apresenta convenções e recomendações para unificar o combate a essa prática ilícita de exploradora de mão de obra.

A existência do trabalho escravo urbano implica na responsabilização do empregador pelo descumprimento das normas retro destacadas. Entretanto, como dissemos, o capitalismo se desenvolve nos embates com os trabalhadores, adaptando-se a cada resposta da sociedade.

Uma das medidas que os alguns empresários utilizam para burlar as sanções ao trabalho escravo urbano é contratação da terceirização de serviços para tentar transferir a responsabilidade da prática exploradora para a empresa interposta.

Ressalta-se que não se põe em desconfiança o instrumento da terceirização, pelo contrário, é uma ferramenta válida, legalmente instituída, e desconhecer tal instituto “significa relegar a plano secundário nesta realidade

de fática. O regime é capitalista, o lucro não é imoral, a competitividade se apresenta bem acentuada, exigindo-se bom produto e barato, pena de quebradeira.”⁷⁷. O que se propugna é sua utilização como forma de burlar não só os direitos trabalhistas, mas os direitos intrínsecos a pessoa humana, deflagrados não só pela Constituição Federal do Brasil (âmbito interno), mas também pela Declaração de Direitos do Homem (âmbito externo).

Não bastassem as normas inibidoras da CLT (art. 9º), do Código Penal (art. 149) e da Constituição Federal (art. 1, III e VI; art. 3, I; e art. 5, III), que por si só já dariam ensejo à responsabilização da empresa tomadora, quer pela fraude, quer pela ilicitude do ato, quer pela afronta a dignidade humana do trabalhador, temos ainda a possibilidade da imputação do uso da mão de obra explorada, na execução da atividade-fim da empresa tomadora, que dá azo a, no mínimo, a solidariedade na responsabilização do abuso na exploração do trabalhador.

Para então caracterizarmos a fraude utilizaremos o conceito de atividade-fim como “a tarefa intimamente relacionada ao objetivo social da empresa, normalmente identificado em seus estatutos constitutivos”⁷⁸. Desse modo a terceirização da atividade-fim da empresa tomadora acarreta a responsabilidade solidariedade com a empresa interposta, consoante à Súmula 331, do TST. Como na maioria dos casos de exploração abusiva do trabalhador, concernente ao trabalho escravo urbano, a empresa interposta serve como ‘fachada’ e muitas das vezes nem existe a personificação da mesma, a empresa tomadora deve suportar o ônus in totum, mesmo que não haja o dolo efetivo na contratação da empresa interposta.

A aplicabilidade desse arcabouço legal tem destaque merecido no acórdão da lavra do magistrado Jorge Luiz Souto Maior, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, também professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP, cujo fragmento ora se transcreve, *ipsis literis*:

A responsabilidade social, tão em moda, não pode ser vista apenas como uma “jogada” de marketing, como se a solidariedade fosse um favor, um ato benevolência. Na ordem jurídica do Estado Social as empresas têm obrigações de natureza social em razão de o próprio sistema lhes permitir a busca de lucros mediante a

exploração do trabalho alheio. Os limites dessa exploração, para preservação da dignidade humana do trabalhador, respeito a outros valores humanos da vida em sociedade e favorecimento da melhoria da condição econômica do trabalhador, com os custos sociais consequentes, fixam a essência do modelo de sociedade que a humanidade pós-guerra resolveu seguir e do qual a Constituição brasileira de 1988 não se desvinculou, como visto. (TRT15 – RO 03707-2005-130-15-00-9 - 11ª Câmara - Sexta Turma – Juiz Relator Jorge Luiz Soto Maior – j. 10/09/2008).

Desse modo, ocorrendo a prática da exploração do trabalhador em condição de trabalho escravo urbano, a empresa tomadora deve ser responsabilizada solidariamente com a empresa interposta, em todas as implicações pertinentes a relação laborativa indireta à qual se beneficiou economicamente.

III. INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES

8. Atuação do Ministério Público do Trabalho – MPT.

O combate ao trabalho análogo ao escravo, na região urbana, é uma bandeira importante levantada pelo Ministério Público do Trabalho, com foco na indústria têxtil. Muitas das investigações e autuações levaram a responsabilização de grandes cadeias de comércio e indústria de roupas, que se utilizaram, por terceirização da costura das peças, de empresas que tinham trabalhadores em condição análoga a escravos.

A competência do Ministério do Público do Trabalho está definida na Constituição Federal, em seu artigo 127, caput, destaca que:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Sendo que o Ministério Público do Trabalho é um dos ramos especializados do Ministério Público da União, como nos remete a leitura do artigo 24 da LC nº 75/93:

Art. 24. O Ministério Público da União compreende:

II - o Ministério Público do Trabalho;

Uma das possibilidades da atuação do MPT é por intermédio de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC – com as empresas que se utilizam ou beneficiam do trabalho escravo urbano. O TAC é um acordo em que a parte se compromete a agir de acordo com as leis trabalhistas, como dispõe o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/1985:

Art. 5. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:
§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Em termos gerais os TACs propostos pelo MPT às empresas que se utilização de trabalho escravo, versam sobre aprimoramento: do controle pela empresa tomador de serviços, do que ocorre dentro da cadeia produtiva e da verificação in loco das condições de trabalho dos fornecedores e terceiros, com pesadas multas pelo descumprimento.

9. Atuação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, pela exploração do trabalhador à condição análoga a escravo, se dá pela lavratura de autos de infração pelos auditores fiscais.

Os comandos legais mais relevantes que autorizam a atuação dos auditores do MTE no combate ao trabalho análogo à condição de escravo são:

Art. 628, da CLT. Salvo o disposto nos arts. 627 e 627-A, a toda verificação em que o Auditor-Fiscal do Trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve responder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

Art. 630, da CLT (...)

§ 3º - O agente da inspeção terá livre acesso à todas dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação, sendo as empresas, por seus dirigentes ou prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exhibir-lhes, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

O Ministério do Trabalho e Emprego, calcado no artigo 2º da Portaria nº 540 de 2004, inclui os empregadores no “Cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo” (art. 1º), tenham sido condenados em processo administrativo proveniente de autos de infração lavrados pelos auditores fiscais.

Art. 2º. A inclusão do nome do infrator no Cadastro ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.

Não são poucas nem frágeis, as armas disponíveis pelo Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho, mas ainda temos no Brasil a utilização de trabalho análogo ao escravo, mesmo nas regiões urbanas. A competitividade das empresas no mundo globalizado não é causa suficiente que essa situação degradante ainda exista no Brasil.

IV - CONCLUSÃO

A análise da situação do trabalhador explorado passa inicialmente pela defesa de três interesses bem demarcados na Constituição Federal do Brasil: a valorização do trabalho e da dignidade da pessoa humana, como fundamentos da República, e seus objetivos, como a busca da sociedade mais justa e solidária, entretanto, com nos aponta Ferraz Júnior,

há no mundo contemporâneo uma forma perversa de considerar o trabalho que, ao invés de valorizá-lo, o degrada. Trata-se do trabalho dominado pela necessidade pura e simples de sobreviver, de satisfazer a busca insana de multiplicação do mercado, e não de criar o mundo intermediário humano⁹.

Por um lado, o Estado é imprescindível na regulamentação das relações de trabalho, que determinam grande parte das relações sociais, atuando nas três esferas de poder (art. 4º, da Constituição Federal): legislativa (emissão das normas), executiva (atuação do MP e MTE), e judiciária (na percepção política nas decisões exaradas).

Por outro, o capitalismo, pela vertente neoliberal, caminha a passos largos para uma desregulamentação total da esfera do trabalho, e reclama pela liberdade de contratar, sem as amarras de um Estado que não responde à velocidade das

atuais trocas comerciais, que desestimula três principais efeitos externos do capital: a criação de novos empregos, oferta de produtos mais acessíveis a todos e arrecadação de tributos ao Estado. Vimos, também, que o capitalismo desregulado pode levar a espoliação do trabalhador em condições inaceitáveis.

Se antes a imigração foi solução para substituição do trabalho escravo, agora é insumo para o trabalho escravo urbano. Se antes a imigração se dirigia a grandes áreas de plantio na zona rural, agora se manifesta nas pequenas oficinas espalhadas na área urbana. Se antes a imigração proporcionava aos imigrantes prestar serviço direto àquele que se beneficiava com seu trabalho, agora o foco são as empresas interpostas.

Sempre haverá a exploração da mão de obra no sistema capitalista, que nos trouxe benefícios e malefícios sociais, porém a liberalização das relações de trabalho pode levar, em casos extremos, a níveis inaceitáveis de degradação do trabalhador, saindo da esfera da disputa da concorrência empresarial para o da desumanização e aviltamento puro e simples do trabalhador.

O Direito, estrutura básica do Estado, deve dar conta das mudanças cada vez mais rápidas da vida social, pois é dele que emana a certeza de uma sociedade mais justa e solidária. Os três grupos que se debruçam sobre a norma jurídica, os cientistas do Direito, os legisladores e os operadores do Direito devem estar atentos às novas práticas delituosas contra o trabalhador utilizadas por algumas empresas.

As empresas, por outro lado, ficam à mercê da disputa de mercados, que até mesmo de outros países, com legislação trabalhista menos protetiva, com legislação tributária menos espoliadora, e com incentivo financeiro mais abundante.

Atuação dos órgãos internacionais, do parlamento nacional, das instituições públicas é preponderante, para erradicar essa chaga, que é o trabalho escravo urbano. A legislação não está totalmente adequada, o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, ainda está longe de ser completado, os órgãos estatais de combate de trabalho à condição análogo ao escravo não conseguem ainda alcançar todas as empresas, muitas vitórias estão sendo conseguidas.

A realização material dos trabalhadores, de acesso aos mercados de consumo e de trabalho, é realizada dentro de uma ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Por justiça social no trabalho devemos observar que “o

salário não há de ser mera retribuição pelo equivalente trabalho, mas algo que mantenha a dignidade humana, ainda que à custa da mera remuneração do capital”¹⁰.

A possibilidade da dignidade humana no trabalho está intimamente ligada aos ensinamentos de Norberto Bobbio que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje não é tanto de justificá-los, mas o de protegê-los”¹¹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, André Luiz Paes. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial. 6ª edição. São Paulo: Rideel, 2009.
- ARENDR, Hannah. A condição humana. 10ª edição. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 1ª edição. São Paulo: LTr, 2005.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 7ª reimpressão. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio; DINIZ, Maria Helena; e GEORGAKILAS, Ritinha A Stevenson. Constituição de 1988: legitimidade, vigência e eficácia, supremacia. São Paulo: Atlas, 1989.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio; MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. Função pragmática da justiça na hermenêutica jurídica: lógica do ou no direito? Porto Alegre: Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, vol. I, nº 5, 2007
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. Tradução: Gabriel Gobossian. São Paulo: Hedra, 2008.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 7ª edição. São Paulo: LTr, 2009.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense. 29ª edição. São Paulo: Atlas, 2009-A.
- _____. Direito do trabalho. 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2009-B.
- MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.
- NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 14ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 23ª edição. São Paulo: LTr, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Comentários às sumulas do TST. 9ª edição. São Paulo: LTr, 2008.
- ROMITA, Arion Sayão. Globalização da economia e direito do trabalho. 1ª edição. São Paulo: LTr, 1997.
- SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 23ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004.
- SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; ROCASOLANO, Maria Mendez. Direitos humanos: conceitos, significados e funções. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

EFEITOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA NA SUBJETIVIDADE: SOLTEIROS POR OPÇÃO

Sandra Aparecida Serra Zanetti¹, Isabel Cristina Gomes¹

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Mello Moraes 1721 – São Paulo - SP

sandra.zanetti@gmail.com

Resumo

A contemporaneidade oferece condições socioculturais e econômicas de existência precárias e, por consequência, vínculos frágeis. Por intermédio de autores como Bauman (2001, 2004) e Lipovetsky (2004) é possível compreender que mudanças na sociedade acarretam em perdas de referências estáveis, interferindo no sentimento de segurança e confiança dos indivíduos, que tendem a estabelecer vínculos soltos e a manter um padrão de vida mais voltado para a realização individual. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar o modo como três características da sociedade contemporânea - “modelo tecnológico”, “consumismo” e “narcisismo moderno” - articulam-se com a construção subjetiva de indivíduos entre 25 e 35 anos que optam por não se vincular amorosamente de maneira compromissada. Utilizou-se metodologia clínico-qualitativa através de entrevistas semidirigidas no estudo de dez casos, de ambos os sexos, cuja análise dos dados contou com o embasamento teórico da psicanálise das configurações vinculares. Os resultados apontam para a presença destas características na subjetividade dos participantes e relação das mesmas com a opção pela não construção de um vínculo amoroso compromissado.

Palavras-chave: subjetividade; contemporaneidade; vínculo; sociedade; amor.

Abstract

The contemporaneity offers conditions of existence socio-cultural and economic precarious and, consequently, weak links. Through authors as Bauman (2001, 2004) and Lipovetsky (2004) it is understood that changes in society lead to loss of stable references, interfering with the feeling of security and confidence of individuals, which tend to establish weak links and maintain a standard life more focused on individual achievement. In this context, the objective of this work is to demonstrate how three characteristics of contemporary society - “technological model”, “consumism” and “modern narcissism” – are articulated with the subjective construction of individuals between 25 and 35 years, who choose to not form a loving link committed. Was used a clinical-qualitative methodology with a semi-structured interviews in the study of ten cases, both sexes, whose analysis of the data relied on the basis of psychoanalysis of link configurations. The results indicate the presence of these characteristics in the participants’ subjectivity and their relation with the option of to not form a loving link committed.

Keywords: subjectivity; contemporary; link, society, love.

1. Introdução

Os efeitos de mudanças socioculturais profundas, advindas de interferências em nível global, são diversos, entretanto, entre elas destaca-se a fragilização dos vínculos sociais. Artigos científicos e populares atuais procuram atentar para as mudanças no estilo de vida da população, que propõe uma nova alternativa à família: ficar sozinho.

É possível perceber estudos atuais preocupados em compreender os indivíduos que preferem ficar sozinhos e suas novas formas de se relacionar, isentas de compromissos, no sentido de perceber se realmente se trata de uma opção que envolve satisfação e bem-estar, mas contradizem-se a este respeito (ANTUNES, 2010; HOSTLETER, 2009; SCHACHNER, SHAVER & GILLATH, 2008).

Enquanto outros se preocupam em defender este novo estilo de vida como uma opção válida e alertam sobre o preconceito que esta população sofre (BYRNE & CARR, 2005; DE PAULO & MORRIS, 2005; KAISER & KASHY, 2005).

Paralelamente, são diversos os autores que percebem na conjuntura atual elementos socioculturais que favorecem a precariedade, a vulnerabilidade e a incerteza como as características mais marcantes dessa era, interferindo na construção do indivíduo atual. Para Bauman (2001), na “modernidade líquida” os elos que entrelaçavam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas se diluíram, e, com isso, também se instalou um estado de incerteza na forma como se configuram os relacionamentos humanos.

Esse autor mostra que, atualmente, o compromisso com outra pessoa aparenta cada vez mais como uma armadilha que deve ser evitada a qualquer custo, já que pode trazer responsabilidades e dificuldades que os indivíduos não se consideram nem aptos, nem dispostos a suportar. Neste cenário “líquido”, afirma Bauman (2004), quando a qualidade o decepciona, você deve procurar a salvação na quantidade e quando a duração não está disponível, é rapidez das mudanças que pode redimi-lo.

Sennett (2008), ao observar os mesmos efeitos que Bauman (2001) na sociedade contemporânea, assinala como inevitável o fato de que as fraquezas de lealdade e de compromisso mútuo do ambiente de trabalho venham solapar o universo da família, e questiona-se: “Como pode

um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?” (SENNETT, 2008, p. 27).

1.1 Características da Sociedade Contemporânea

Para Bauman (2001) características “líquidas” fazem da situação atual nova e diferente. Observa que o que costumava ser visto como propriedade coletiva da humanidade está sendo fragmentado, individualizado, deixado à administração dos indivíduos e seus recursos.

Os padrões de referência outrora rígidos tornaram-se maleáveis, afirma o autor. A principal ideia em que se baseia para denominar essa era de “líquida” é a de que no projeto em busca da perfeição e da emancipação da humanidade, os autores modernos esforçaram-se por “derreter” tudo que havia de “sólido” e tornaram o mundo, os padrões de referência, as parcerias e todo tipo de relacionamento apoiado no compromisso, na honra e na solidariedade, “líquidos”. Para o autor, na modernidade os valores de compromissos e as parcerias foram percebidos como empecilhos para um bom desenvolvimento das instituições que visavam principalmente o lucro, já que estas restringiam movimentações financeiras. Contudo, não tinham consciência de que se tratava também de referências sólidas que organizavam as experiências do humano.

O trabalho adquiriu alto valor nos tempos modernos. Foram-lhe atribuídas muitas virtudes e efeitos benéficos já que foi o responsável por algum tempo por providenciar riquezas e eliminar a miséria, mas principalmente por contribuir para o estabelecimento da ordem. Entretanto, a natureza outrora acumulativa e de longo prazo do progresso cedeu lugar ao preceito da flexibilidade atualmente, em que as estratégias e os planos de vida só podem ser de curto prazo.

A presença de um “capitalismo leve” (BAUMAN, 2001) levou ao esfacelamento das referências e ao desconforto da insegurança porque as condições atuais do trabalho tornaram-se razoavelmente instáveis. A ideia de progresso da modernidade estava vinculada à de autoconfiança no presente. No entanto, a confiança e a credibilidade nas agências “capazes de mover o mundo para frente” se diluíram, afirma o autor, porque o poder foi tirado do Es-

tado e “flui bem além de seu alcance” (p. 154).

Da mesma forma, para Lipovetsky (2004), na “hipermodernidade”, como denomina essa época, sofre-se com a presença marcante do efêmero e, como consequência, com a sensação de insegurança. Atribui esses fenômenos à rápida expansão do consumo, da comunicação de massa e da corrida pela competição, bem como ao enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares características da modernidade, e ao surto da individualização que consagrou o hedonismo e a sociedade de consumo. A lógica do processo e dos rumos da sociedade encontra-se sob o domínio de um sistema globalizado que se movimenta em função do lucro e não das necessidades dos seres humanos. O medo, a perda de fé no futuro e a insegurança então passaram a fazer parte da experiência cotidiana, para o autor.

Baudrillard (2007) concorda que a instabilidade em torno do trabalho é também influenciada pelos efeitos da “sociedade de consumo”: “o custo de um progresso rápido na produção de riquezas é a mobilidade da mão-de-obra” (p. 34). A necessidade do alto consumo leva à pressão psicológica e social da mobilidade, da concorrência em todos os níveis (rendimento, prestígio, cultura, etc.). Em última análise, afirma o autor, “o preço mais elevado da sociedade de consumo é o sentimento de insegurança generalizada que ela engendra” (p. 35).

Bauman (2001) reconhece no consumismo, acima de tudo, uma vertente de uma compulsão transformada em vício que “luta morro acima contra a incerteza aguda e enervante e contra um sentimento de insegurança incômodo e estupidificante” (p. 95). Ou seja, para este autor, atrás das marcas do consumismo está a dor da insegurança, e a promessa de que, ainda que por alguns instantes, algum sentimento de segurança seja conquistado por meio dos objetos que são carregados nos braços para casa. Desta forma, o consumismo transforma-se num ritual “feito à luz do dia para exorcizar as horrendas aparições da incerteza e da insegurança que assombram as noites” (p. 96). Contudo, um ritual que deve ser realizado diariamente porque não há nada colocado na prateleira do supermercado que não indique que é “melhor ser consumido antes de” (BAUMAN, 2001, p. 96).

A respeito dessa lógica consumista que perpassa

as construções subjetivas, Charles (2004), concordando com Bauman (2004), assinala que esse fenômeno se desdobra num efeito em que o indivíduo se torna “fundamentalmente instável, sem vínculos profundos, de gostos e personalidade oscilantes” (p. 44), além de levar a uma superficialidade aos vínculos, que sugere ter contaminado o conjunto do corpo social.

Portanto, no âmbito dos relacionamentos humanos, é possível afirmar que as condições socioculturais e econômicas atuais traduzem-se em sentimentos de falta de confiança e insegurança levando o indivíduo a acreditar que somente consigo mesmo pode realmente contar. No entanto, além das causas já apontadas, outras complementares, decorrentes do modelo tecnológico também marcam as relações humanas atualmente, contribuindo de outro modo para a deterioração dos laços, como apontam Sá, Mattar e Rodrigues (2006).

Segundo esses autores, todas as formas de relacionamento na contemporaneidade estão marcadas pela solidão e a tentativa de controlá-la através da disponibilização do outro. Apontam que as queixas pelo modo como se dão os relacionamentos amorosos atualmente, avessos ao compromisso e à previsibilidade, têm por pano de fundo uma sociedade cujo modelo de sociabilidade ancora-se na instrumentação técnica, em que o homem desvela-se a si próprio e ao outro como “fundo de reserva”, disponível ao uso, meio para um fim. O desenraizamento sofrido pelo homem na modernidade progrediu à medida que o homem respondeu à ideia de controlar as relações assim como as demais atividades de sua vida na era da técnica (SÁ, MATTAR & RODRIGUES, 2006).

Ademais, em função dos laços fragilizados e das condições de precárias e instáveis do mundo, autores como Lasch (1983) e Costa (2003) sugerem que o ser humano, em decorrência das condições socioculturais e econômicas apresentadas, passou a estar mais autorrefugiado em seu narcisismo. Contudo, para Costa (2003), apesar do narcisismo em cena, o percebe como “efeito de traumatismo”, representando uma estratégia de sobrevivência. Define o “narcisismo moderno” como um mal-estar cultural atual, mas que não se traduz a um “excesso qualquer de narcisismo”. Ao contrário do que propõe Lasch (1983), o homem narcísico não sofre por querer “gozar demais” para

Costa (2003). “O narcisismo moderno é um narcisismo re-generador” (COSTA, 2003, p. 169). Ou seja, o que há neste processo é uma relação violenta entre a sociedade contemporânea e este novo indivíduo, que procura se recuperar dela, investindo narcisicamente em si.

2. Objetivos e Método

O objetivo deste trabalho está em compreender a correlação que possa se estabelecer entre três características da sociedade contemporânea - o “modelo tecnológico”, o fenômeno do “narcisismo moderno” e o “consumismo” – e as características da estruturação da subjetividade de indivíduos adultos que optam por não se vincular amorosamente de maneira compromissada.

Partiu-se da hipótese de que a escolha destes indivíduos é influenciada pelas características da sociedade contemporânea citadas, capazes de interferir na estruturação de suas subjetividades. Com base na metodologia de pesquisa clínico-qualitativa (TURATO, 2003), foram realizadas entrevistas semidirigidas com dez os participantes, entre 25 e 35 anos, de ambos os sexos, que se denominavam como “solteiros por opção”.

Elaborou-se um roteiro de entrevista semidirigida composto por quatro partes. A primeira parte consiste em obter dados gerais dos entrevistados. A segunda parte visa compreender a dinâmica familiar por meio da história de vida do entrevistado. A terceira parte foi constituída por temas que visam compreender características da subjetividade destes indivíduos (valores, formação da identidade, importância das atividades profissionais, hábitos, planos e projetos). A quarta parte visa compreender as motivações da opção por permanecer solteiro.

Os participantes foram convidados por meio de contatos da pesquisadora. Em todos os contatos foram explicitados os objetivos da pesquisa e, caso fosse aceito o convite, foi ainda necessário o consentimento da participação.

Tendo-se como referencial teórico a psicanálise das configurações vinculares, primeiramente foram analisados os dados de cada participante, visando à realização da construção interpretativa de seus dados e, posteriormente, a apresentação dos dados em forma de categorias de análise, que serão apresentadas neste texto.

3. Resultados e Discussão

a. O “Modelo Tecnológico” e a Construção da Subjetividade

O “modelo tecnológico” está presente, como característica da subjetividade, em todos os casos. João Pedro e Gustavo, por exemplo, sentem a necessidade de se adaptar constantemente às situações, e às transformações profundas e rápidas da contemporaneidade, mas não sentem isso como algo ruim. Gustavo, como a maioria dos participantes, não pensa em se comprometer com alguém porque está mais preocupado com o desenvolvimento de sua carreira. E embora esteja preocupado com a instabilidade, esta impera em sua vida e a vive com prazer.

Alguns deles, por interferência do “modelo tecnológico”, concebem o relacionamento como uma necessidade para aqueles que sofrem por ter essa necessidade.

Ou seja, o outro é percebido como um objeto que preenche alguma lacuna ou falha. Eliane, por exemplo, diz que “algumas pessoas precisam de alguém para ser alguém”.

Ela conta com certa tristeza que o casamento dos pais não deu certo, que vivem juntos ainda hoje, embora briguem bastante, e que nunca viu um casamento “bem sucedido”. Esse modo de se referir aos relacionamentos também é algo que apareceu com frequência. A maioria se refere ao casamento como ser ou não funcional, ser ou não bem sucedido, outra característica deste modelo.

Ademais, os entrevistados localizam o parceiro de modo utilitarista, porque a pessoa esperada, quando esperada, deve se adequar aos seus ideais, à sua vida, às suas necessidades e prioridades, como a carreira. Patrícia, por exemplo, ainda bastante perpassada pela separação dos pais aos seus oito anos, não quer se apaixonar e o seu relacionamento mais longo durou o tempo em que o namorado pôde ajudá-la com os custos da faculdade.

b. O “Consumismo” e a Construção da Subjetividade

Os traços do “consumismo” são entendidos como presentes na construção da subjetividade, no âmbito do relacionamento amoroso, principalmente, na capacidade de troca e de descartabilidade, na preferência pela quantidade ao invés da qualidade, e quando o outro é desejável somente enquanto satisfaz, ou seja, é tratado como uma

mercadoria, ainda que isso não seja plenamente consciente para quem o faz.

O “modelo do consumismo” pode ser percebido claramente em 90% da amostra dos participantes. O funcionamento de tratar uma pessoa como uma mercadoria, a capacidade de descartabilidade do outro com quem está “ficando” ou “ficou” está disseminada na sociedade como algo bastante comum.

3.3 “Narcisismo Moderno” e a Construção da Subjetividade

A baixa tolerância à frustração e a dificuldade de convivência com o outro foi percebida em todos os casos e os participantes tem clara consciência disso. Eles se denominam como teimosos; com personalidade difícil; com uma sinceridade inadequada; autoritários; espontâneos; irritáveis; metódicos; ansiosos e de gênio ruim.

Contudo, a não passaram a sensação de que isso era um problema. A dificuldade de convivência com os outros era relatada com muita simplicidade e com certo humor. Como se neles já estivesse bem introjetado que isso não deve ser a maior preocupação da vida porque o que realmente ocupa importância é a satisfação pessoal.

Quando não é a carreira, os estudos ou a liberdade de sair com os amigos que prepondera, são as idealizações pessoais. Patrícia acha que hoje em dia as pessoas têm dado mais atenção à carreira do que à família e considera isso razoável. Gustavo pensa que as pessoas têm ficado mais egoístas, que pensam mais em realização pessoal do que em constituir família, e que faz parte desse círculo.

4. Considerações Finais

O fenômeno do “narcisismo moderno”, de acordo com Costa (2003), é efeito das condições traumáticas de vida que faz o indivíduo voltar a si mesmo como estratégia de sobrevivência. Esse fenômeno, como decorrência de todas as características da contemporaneidade, pode ser o principal fator que os afasta de um vínculo. Justamente o conceito de vínculo se diferencia do de “relação de objeto” por considerar o outro como um diferente que tem efeito sobre mim. Dentro desse conceito, a alteridade tem sido amplamente estudada porque para alguns autores é a principal origem dos conflitos entre os casais, que, segundo Berenstein (2010), resulta da crença de que o parceiro deveria pensar, agir, sentir e viver

em semelhança. Por isso, a alteridade é desorganizada, mas também fonte de crescimento e amadurecimento.

Conflitos naturais de um relacionamento que, como relata Bauman (2004), os indivíduos de hoje não estão aptos nem dispostos a suportar. O que pode ser entendido em termos de mecanismos psíquicos subjacentes neste modo narcísico de se organizar é uma grande dificuldade de lidar com a frustração. Esses indivíduos estão focados em suas carreiras, procuram evitar sentimentos desagradáveis e cultuam o prazer ao máximo.

O modelo da técnica, da eficiência e do sucesso estão realmente incorporados em suas construções subjetivas e afetivas, passaram a fazer parte do modo como se concebe o outro e o relacionamento amoroso atualmente.

5. Referências Bibliográficas

- ANTUNES, M. S. X. Itinerários da vida de solteira: razões e sentidos em projetos de vida de mulheres solteiras à luz do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Dissertação em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010.
- BAUDRILLARD, J. A Sociedade de Consumo. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Z. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BERENSTEIN, I. Conflictos en la pareja y/o conflictos de pareja. Actualidad Psicológica, 7-10, 2010.
- BYRNE, A. & CARR, D. Caught in the Cultural Lag: The Stigma of Singlehood. Psychological-Inquiry. 16(2-3), pp. 84-91, 2005.

CHARLES, S. O individualismo paradoxal: introdução ao pensamento de Gilles lipovetsky. In G. Lipovestky, Os tempos Hipermodernos (pp. 13-48). São Paulo: Editora Barcarolla, 2007.

COSTA, J. F. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

DE PAULO, B. & MORRIS, W. Singles in Society and in Science. *Psychological-Inquiry*. 6(2-3), pp. 57-83, 2005.

HOSTLETER, A. J. Single by Choice? Assessing and Understanding Voluntary Singlehood Among Mature Gay Men. *Journal of Homosexuality*, 56(4), pp. 499-531, 2009.

KAISER, C. & KASHY, D. The Contextual Nature and Function of Singlism. *Psychological-Inquiry*. 16(2-3), pp. 122-126, 2005.

LASCH, C. A Cultura do Narcisismo. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LIPOVETSKY, G. Os Tempos Hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

SÁ, R. N.; MATTAR, C. M. & RPDRIGUES, J. T. Solidão e Relações Afetivas na era da técnica. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 18(2), pp. 111-124, 2006.

SCHACHNER, D. A.; SHAVER, P. R. & GILLATH, O. Attachment style and long-term singlehood. *Personal Relationships*, 15, pp. 479-491, 2008.

SENNET, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TURATO, E. R. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E SUAS RELAÇÕES COM AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Rodnei Pereira , Rodrigo Toledo

¹Centro Universitário Assunção – UNIFAI
Rua Afonso Celso, 671 / 711, Vila Mariana – SP
rodneipereira@uol.com.br

²Universidade Ibirapuera - UNIB

Resumo

O presente artigo discute a importância da formação continuada de professores para a afirmação das políticas de inclusão de deficientes nas escolas regulares. Reflete a necessidade de maior articulação entre o poder público, a comunidade acadêmica e a comunidade escolar, ressaltando a importância da atuação do coordenador pedagógico enquanto agente de formação continuada como alternativa para a construção de práticas inclusivas reais.

Palavras-chaves: Educação inclusiva; deficiência; políticas públicas; coordenador pedagógico.

Abstract: This article discusses the importance of continuous training of teachers for the affirmation of political inclusion of disabled people in mainstream schools. Reflects the need for greater coordination among the government, the academic community and the school community, emphasizing the importance of acting as an agent of the pedagogical coordinator of continuing education as an alternative to building inclusive practices real.

Keywords: Inclusive education, disability, public policy, pedagogical coordinator.

Introdução

Este trabalho se debruça, por meio de um estudo bibliográfico, sobre a questão da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares.

Na medida em que a escola se abriu para todos os alunos, no final do século XX, se universalizou, deu acesso às crianças de classes socioeconômicas que tinham pouco ou nenhum acesso à educação formal. Isso levou a uma organização escolar diferenciada com a divisão dos alunos em turmas, geralmente homogêneas.

Uma vez que o direito de acesso de qualquer criança ou jovem com deficiência à escola está assegurado, assistimos a uma crise da escola e do professorado no trato com esses alunos, todos juntos, nas salas de aula. É comum ouvir dos professores que não sabem o que fazer, recorrendo a toda sorte de atividade adaptadas, que não favorecem a real inclusão dos alunos com deficiência com qualidade.

Convém mencionar que a forte influência de pareceres médicos na educação de pessoas com deficiência é um dos aspectos que também vem se modificando. Até bem pouco tempo, o tipo de educação a ser oferecido era determinado por médicos, psicólogos, fisioterapeutas, entre outros, que ao emitirem laudos e relatórios, incluíam também o tipo de escola que a criança deveria frequentar.

Atualmente, isso ocorre com menos frequência, mesmo porque há um conjunto de leis que obrigam a escola a ocupar seu papel e assumir sua responsabilidade pela educação das pessoas com deficiência. Contudo, há uma queixa do professorado que afirma não saber o que fazer com alunos naquelas condições, por falta de formação.

Diante disso, discutiremos a seguir, o papel da formação continuada frente ao desafio de escola se tornar um espaço legítimo de educação para todos.

1. Inclusão: Condicionantes históricos e legais

É recente, no Brasil, a oficialização dos discursos inclusivos em documentos oficiais. Somente na Constituição de 1988, com a afirmação de que a educação de deficientes deve ser feita preferencialmente na rede pública

de ensino, é que a inclusão destas pessoas nas escolas começou a ser gestada, ao menos, no nível dos debates.

Vale lembrar que o mesmo documento fez menção à integração social, preparação para o trabalho e à adaptação dos espaços da cidade, o que atualmente denominamos acessibilidade, em seu artigo 227.

De acordo com Laplane (2006a) formulação de políticas públicas para a inclusão ocorreram paulatinamente, tendo em vista que decorrida mais de uma década da Constituição Federal de 1988, somente em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases referendou o princípio de atendimento para deficientes na rede regular de ensino e recomendou a oferta de serviços de apoio especializados em cada escola.

Depois disso, com a participação do Brasil na Conferência de Jontiem e no Fórum Mundial de Dacar, o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes para a Educação Inclusiva, ambos de 2001, alicerçados na Declaração de Salamanca, reforçaram a mesma idéia.

Porém, é perceptível que não ainda não atingimos a inclusão efetiva de todas as crianças na escola pública, garantindo o sucesso escolar de cada aluno independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação (Brasil, 2004, p. 9 apud Laplane, 2006, p. 707).

Nesse sentido, propomo-nos a discutir a formação continuada de professores no âmbito da escola frente à educação inclusiva.

2. Inclusão na Escola: concepções

Atualmente, não se pode negar que a escola demonstra-se simpática à discussão da inclusão, mas é perceptível que ainda há muito que avançar, seja pelos casos de preconceitos entre alunos, sobre os quais a escola ainda não atua de maneira eficaz, pedagogicamente falando, seja pela recusa de matrículas de crianças com deficiências consideradas “mais severas”, muitas vezes por parte da direção escolar e da coordenação pedagógica.

No que se refere aos alunos deficientes, o problema ainda é mais complexo, sobretudo porque ainda há um olhar para o deficiente como “especial”, denotando que é alguém que está fora da norma. O termo norma merece uma atenção cuidadosa.

De acordo com Abbagnano, 1998 norma é uma regra ou critério de juízo, que pode ser constituída por um caso concreto, modelo ou exemplo. [...] A norma distingue-se da lei porque pode ser isenta de caráter coercitivo. (p. 716).

Nossa legislação contemporânea recomenda o atendimento a crianças deficientes preferencialmente na rede regular de ensino, o que causa uma série de interpretações diferentes a respeito do atendimento às crianças deficientes.

Assim, a idéia de norma denota tanto o entendimento de algo pejorativo, que provoca um olhar cindido e engessado sobre crianças “normais” e “deficientes”, quanto demonstra uma confusão entre o que apresenta o texto legal, ou seja, o que estabelece a lei, e a efetiva prática do que ela determina. (Geglio, 2007, p. 119).

Por outro lado, no que se refere ao trabalho com crianças deficientes por parte das escolas,

nem sempre se trata de uma rejeição, mas de um sentimento de incapacidade, de não saber o que fazer nas circunstâncias em que não existem instalações adequadas, infra-estrutura e capacitação suficiente para dirimir as dúvidas e orientar os procedimentos de ação pedagógica. (idem, *ibid.*, p. 118).

Desta maneira, podemos perceber que há uma lacuna entre o normatizado e o vivido no cotidiano das escolas no que se refere à inclusão de crianças deficientes. Os documentos oficiais referem-se a práticas educativas que conduzam o sujeito à autonomia, à cidadania e a práticas integradoras ao mundo do trabalho, porém não podemos nos furtar de refletir acerca do sentido destas palavras no contexto da sociedade contemporânea.

Silva, 2006 afirma que

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o padrão que direciona as ações humanas, constituindo-se num imperativo, numa necessidade racional, é a lógica do capital, do princípio da ação individual, coletiva e pública. É a partir dela que são reguladas as atividades humanas. Assim, a moral é pensada como capital social e como tal deve ser formada. São as relações de mercado, a lógica dos negócios, o desenvolvimento de competências adaptativo-competitivas que definem os parâmetros éticos de formação humana, que estabelecem o que é ser autônomo. (p. 647).

Nessa perspectiva, não podemos deixar de refletir a respeito do entendimento que temos a respeito da autonomia e da cidadania que a escola pretende ensinar. No que entendemos por autonomia valer-nos-emos da afirmação de Silva, 2007:

Ao contrário de muitas outras espécies de seres vivos, a autonomia do recém-nascido é igual a zero.

Com o passar dos anos esta autonomia, entendida como a capacidade de manter a própria vida mediante seus próprios esforços, parece aumentar e pode, por vezes, chegar a ser pensada como absoluta. Todavia, a idéia de uma independência total é puramente ilusória: dependemos inevitavelmente uns dos outros e não só para a sobrevivência biológica, mas também, e de forma importante, para a sobrevivência da nossa pessoa, que apresenta necessidades muito mais complexas do que meramente sobreviver fisicamente. (p. 197-198).

Assim, há questões mais profundas para as quais precisamos atentar. Promover práticas pedagógicas inclusivas para a inserção das vítimas dos preconceitos de etnia, gênero ou deficiências requer compreender o senso de cooperação necessário para a própria vida em sociedade. E a despeito da afirmação acima, convém lembrar que as relações humanas, para além das normas e das leis, está em vivenciar internamente a dignidade humana. (Silva, 2007).

Para o deficiente a vivência desta dignidade, dentro e fora da escola, é dificultada ainda pelo olhar de doença que depositamos sobre eles. E assim, o atendimento que lhes é ofertado é sempre baseado num ideal filantrópico (Januzzi, 2004) e de caridade.

Quando conseguem o acesso à escola, na maioria das vezes vivenciam experiências de integração, como pessoas que devem se adequar à dinâmica da escola, e sob a alegação de que são iguais aos outros alunos na condição de seres humanos, estes se podem se deparar novamente numa condição de exclusão.

A respeito disso convém mencionar a afirmação de Mantoan, ao referir-se à situação dos deficientes mentais na escola:

Não é comum à educação das pessoas com deficiência mental adaptar o objeto de aprendizagem às características do funcionamento mental que são próprias desses alunos. Eles

devem corresponder, como as pessoas normais de sua idade, às expectativas da escola, ou seja, de um meio cognitivo que não está previsto para eles e, muitas vezes, nem mesmo para seus pares, sem deficiências. Essa situação redundante, então, em fracasso escolar e traz conseqüências sobre a imagem social e a auto-estima dos educandos em geral e, principalmente, para os que apresentam déficit intelectual. (Mantoan, 1998, p. 3).

Essas palavras não devem servir para culpabilizar a escola e tampouco as políticas públicas, mas convidam a refletir sobre os abismos ainda existentes na educação inclusiva e sobre os quais precisamos investigar para fazer valer o papel da escola enquanto espaço de criticidade e democracia e para a construção de práticas pedagógicas que possam atender aos deficientes de diferentes naturezas e todos os que vivenciam a exclusão em todas as suas manifestações.

Isso posto, entendemos que para além das normas e das leis, os debates sobre a educação inclusiva precisam estar fortemente presentes dentro da escola.

A esse respeito, Glat e Nogueira, 2003 afirmaram que as políticas públicas para a inclusão precisam ser concretizadas na forma de programas de formação e acompanhamento contínuo dos profissionais da educação, temática que abordaremos a seguir.

3. O papel do coordenador pedagógico frente à formação continuada dos professores

O atendimento adequado aos deficientes na escola pública requer, além da devida atenção por parte do poder público em oferecer atendimento adequado no que se refere ao espaço arquitetônico, infraestrutura, materiais e recursos humanos especializados, a atenção constante da equipe escolar na mediação da inter-relação entre todos os que lá convivem cotidianamente.

Neste século XXI, diante dos discursos de denúncia da baixa qualidade da educação básica amplamente difundida pelos meios de comunicação de massa e atestada pelos mais diferentes sistemas de avaliação do ensino do país, muitas pesquisas e políticas governamentais tem se ocupado da problemática da formação deficitária de professores.

Diante desse cenário, a emergência da concepção que o coordenador tem como principal função a formação

continuada de professores ganhou força. Além desta função, caberia a ele mediar as relações interpessoais, mobilizar a equipe escolar na construção do projeto político pedagógico, mediar as relações escola-comunidade, intervir nas situações de fracasso escolar e na questão da inclusão (Almeida e Placco, 2006).

Muitos estudos afirmam que o coordenador pedagógico tem um importante papel a desempenhar, sendo o principal responsável pela formação contínua dos professores. (Batista, 2001; Bruno, 1998; Christov, 1998, 2000, 2001, 2003; Clementi, 2001; Fusari, 2000; Garrido, 2000; Geglio, 2003; Matte, 1998, 2000; Orsolon, 2001; Placco e Silva, 2000; Souza, 2001; Torres, 2001).

Este papel revela-se complexo e desafiador, pois significa mediar, nos dias de hoje, as representações e a falta de conhecimento dos professores no desenvolvimento de estratégias didáticas para os deficientes.

Essa afirmação não isenta o poder público de cumprir com o seu papel, sobretudo porque há um entendimento de cumprir o “mínimo social” no atendimento à população, a despeito da afirmação abaixo:

Há, nas sociedades capitalistas recentes, um nexos entre ética pública e formação humana cuja análise mostra os fundamentos morais na concepção de “mínimo social”, termo que indica o que cada pessoa necessita para ser considerada moralmente competente: autônoma. Esse mínimo define o que a sociedade deve proporcionar a todos, sem o qual uma pessoa perderia a capacidade de se inserir dignamente na vida coletiva, diga-se, no mercado. A concepção de mínimo social restringe o âmbito de ação do poder público. (Silva, 2006, p. 647).

Assim, ainda que nos limitemos a discutir o papel do coordenador frente às práticas inclusivas na escola, esclarecemos que essa discussão traz, em seu bojo, a responsabilidade do poder público a respeito dessas mesmas questões.

Referimo-nos acima a respeito da atuação do coordenador pedagógico enquanto um mediador de estratégias didáticas na educação das pessoas deficientes. O conceito de estratégia didática, aqui, está para além da elaboração de um currículo ou elaboração de atividades que garantam o acesso ao conhecimento por parte destes alunos, embora este aspecto não possa ser negado.

Principalmente porque o “saber o que fazer” com estes alunos é um fator que traz muitas angústias para os professores. Isso significa para o coordenador pedagógico, ter que lidar com a própria falta de conhecimento, sobretudo pela ausência destes saberes nos processos de formação inicial ou até mesmo continuada deste profissional.

Esse fato demonstra uma lacuna existente para futuras investigações e convida-nos a refletir sobre um espaço profícuo para pesquisas e numa mobilização necessária por parte da comunidade científica e do poder público.

Para além do “saber fazer”, nossa intenção é demonstrar que o coordenador pedagógico pode contribuir enormemente, uma vez que é um mediador de grupos.

Deste modo, a construção de práticas inclusivas requer antes do “saber fazer”, um entendimento maior do que espera de uma escola denominada inclusiva. Silva, 2007 afirma:

o que caracteriza uma genuína relação educativa é a mudança de uma situação na qual o educador propicia ao educando realizar um percurso que tem um ponto de partida, um ponto de chegada e um caminho que será percorrido com a adesão voluntária do educando. (p. 203).

Nessa direção, é preciso que a escola construa coletivamente a sua identidade educativa no que se refere às práticas inclusivas, tendo clareza de sua concepção sobre a diversidade e sobre a deficiência e o tratamento que procurará dar a elas. Isso oferece um norte às práticas pedagógicas e fortalece o grupo na medida em que passa a enxergar a todos que compõem a escola como sujeitos.

Essa afirmação aproxima-se da noção de sujeito coletivo, apontada por Silva, 2007:

Um sujeito coletivo é um grupo de pessoas que possui uma identidade comum. Apresentam um mesmo juízo sobre a realidade e percebem-se integrados a um mesmo “nós-ético”, isto é, a um conjunto de comportamentos validados pelo grupo e que condiciona o agir individual de cada participante do grupo. [...] O exame de sujeitos coletivos concretos revela a existência de um itinerário formativo em suas histórias o que permite extrair uma pedagogia e identificar procedimentos possíveis para quem busca a constituição desses sujeitos. (p. 206-207)

Considerações Finais

Para que a escola se tome mais inclusiva, é fundamental que ela assuma, definitivamente, que a experiência da escolarização, além de ser um direito, é uma necessidade de desenvolvimento humano para a pessoa com deficiência.

Como discutimos ao longo deste trabalho, nas últimas décadas, afloraram novos paradigmas em relação à atenção às pessoas com deficiência, envolvendo o aparecimento de leis e decretos sobre políticas de inclusão, direitos, mudanças na organização e funcionamento das escolas.

Também em relação aos direitos, fortalecimento e divulgação dos conhecimentos construídos, pesquisas, discussões, reflexões em âmbito nacional e internacional, cujos resultados, considerações, recomendações vêm ampliando consciências.

Ansiamos por uma escola inclusiva, que garanta um lugar a quem chega e a quem virá, que tenha condições adequadas para que todos possam aprender. Um lugar hospitaleiro, capaz de dar oportunidades, de oferecer espaços de segurança para que a aprendizagem seja um instrumento que permita às crianças com deficiência continuar crescendo.

A intenção deste artigo foi lançar luzes sobre a inclusão na perspectiva da formação continuada do professor e na atuação do coordenador pedagógico.

Defendemos que o coordenador pedagógico, enquanto agente de formação na escola, pode e deve contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas reais, sobretudo se favorecer uma relação participativa com seu grupo de profissionais, fortalecendo, enquanto agentes ativos da cultura, a construção da dignidade de todos aqueles que frequentam a escola, e por consequência influenciar as políticas públicas.

Para concluir é importante afirmar que temos consciência de que a complexidade do assunto permite apenas uma aproximação com ele. Esperamos que diferentes áreas do conhecimento possam continuar dialogando e ofereçam munição para a elaboração de novas perguntas sobre a temática. Afinal, as respostas não existem, senão na própria busca delas.

6. Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- ALMEIDA, L.R. e PLACCO, V. M. N. de S. (Orgs.). O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada. São Paulo, Loyola, 1998.
- _____. O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança. São Paulo, Loyola, 2001.
- _____. O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola. São Paulo, Loyola, 2003.
- _____. O Coordenador Pedagógico e Questões da Contemporaneidade. São Paulo, Loyola, 2006.
- _____. O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação. São Paulo, Loyola, 2008.
- _____. O Coordenador Pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo, Loyola, 2010.
- ALMEIDA, L.R.; BRUNO, E.B.G.; CHRISTOV, L.H.S. O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente. São Paulo, Loyola, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. A Busca por Segurança no Mundo Atual. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- GEGLIO, Paulo César. O Coordenador Pedagógico e a Questão da Inclusão. In: Almeida, L. R. e Placco, V. M. N. S. (orgs.) O Coordenador Pedagógico e Questões da Contemporaneidade. São Paulo, Loyola, 2007.
- GLAT, Rosana e NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil. Disponível em <<http://www.unimep.br/fch/revcomunica/jun%202003/08.pdf>>. Acesso em 01/02/2013.
- JANUZZI, Gilberta de Martino. A Educação do Deficiente no Brasil. Dos Primórdios ao Início do Século XXI. Campinas, Autores Associados, 2004.
- LAPLANE, Adriana. Uma Análise das Condições para a Implementação de Políticas de Educação Inclusiva no Brasil e na Inglaterra. In: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, nº 96 – Especial Educação: Políticas Públicas Afirmativas e Emergentes, 2006.
- SILVA, Jair Militão da. De Paciente a Sujeito, Passando por Cliente. In: Moreno, L. V.A. e Rosito, M. M. B. O Sujeito na Educação e na Saúde. Desafios da Contemporaneidade. São Paulo, Centro Universitário São Camilo/Loyola, 2007.
- SILVA, Sidney Reinaldo da. Ética Pública e Formação Humana. In: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, nº 96 – Especial Educação: Políticas Públicas Afirmativas e Emergentes, 2006.

BULLYING: A PERSPECTIVA DO ALVO

Adriana Josefa de Souza¹, Josicleide Ferreira da Silva¹, Alan Almario¹,

Universidade Ibirapuera – UNIB
Av. Interlagos, 1329 – São Paulo – SP
alan.almario@ibirapuera.edu.br

Resumo

Este trabalho refere-se ao desenvolvimento da violência dentro da escola em forma de Bullying. O problema é encontrado em qualquer escola, não se restringindo a um tipo específico de instituição. O Bullying é um fenômeno grave, pois traz serias consequências a curto e longo prazo a todos os envolvidos (vítima, agressor e até mesmo o observador). Inicialmente, o Bullying será conceituado, sua abrangência no ambiente escolar e como reconhecer o Bullying como algo nocivo para o desempenho das potencialidades dos estudantes.

O Bullying não é uma brincadeira inocente. Ele interfere no processo ensino- aprendizagem e pode trazer consequências desastrosas para o seio escolar, não só para as vítimas, mas para todos que convivem neste ambiente. A escola deve ser um ambiente seguro, que permita a criança a socializar-se e desenvolver responsabilidades, habilidades, defender ideias e, acima de tudo, assumir a sua própria autonomia com segurança e respeito às diversidades.

Com as manifestações do Bullying é possível contribuir para que o ambiente escolar se transforme num local menos violento, valorizando a cidadania, o respeito, a ética e a solidariedade entre todos.

Palavras-chaves: Bullying, escola, violência.

Abstract

This work concerns the development of violence within the school in the form of bullying. Being the same problem found in any school, not restricted to a specific type of institution. Bullying is a serious phenomenon, because it brings serious consequences in the short and long term to all involved (victim, perpetrator and even the observer). Bullying will initially be conceptualized, and see what it covers school environment, to recognize bullying as something harmful to the performance of potential students.

Bullying is not an innocent prank, it interferes with the learning process and can have disastrous consequences for within school, not only for the victims but for all who live in this environment. The school must be a safe environment that allows children to socialize and develop responsibilities, skills, defend ideas, and above all, take their own autonomy with safety and respect for diversity.

With the manifestations of Bullying can contribute to the school environment becomes a less violent place, valuing citizenship, respect, ethics and solidarity among all.

Keywords: Bullying, school, violence

Introdução - A PERSPECTIVA DO ALVO

A palavra Bullying é de origem inglesa que se refere a todas as formas de atitude agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor ou angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizada dentro de uma relação desigual de força ou poder. Conforme o pensamento de Chalita (2008), o Bullying é um conceito muito bem definido, não escolhe classe social ou econômica, escola pública ou particular, área urbana ou rural. Ele está presente em grupos de crianças e de jovens, em escola de países e culturas diferentes. Isso mostra que o Bullying está sendo considerado motivo de agressividade nas escolas, trazendo consequências negativas para todos os protagonistas, afetando a formação psicológica, emocional e sócio-educacional do aluno. Entende-se que o Bullying é um problema mundial, encontrado em qualquer escola, não se restringindo a um tipo específico de instituição escolar. As crianças ou adolescentes que sofrem Bullying podem se tornar adultos com sentimentos negativos e baixa autoestima. Tendem a adquirir sérios problemas de relacionamento, podendo, inclusive, contrair comportamento agressivo. Em casos extremos, a vítima poderá tentar ou cometer suicídio. As testemunhas na grande maioria, alunos, convivem com a violência e se silenciam. O alvo se sente impotente. O assunto crítico é a extensão do dano feito ao alvo. Aproximadamente um em cinco estudantes é tiranizado regularmente. Uma intimidação pode ou não pode pretender ferir, mas os danos serão feitos. Tirar é algo que sempre existiu na escola, muitos consideram essa prática como uma peça que faz parte da vida escolar, uma brincadeira. Mas as comunidades receberam uma chamada para acordar, sob a forma de inúmeros suicídios, ataques violentos e assassinatos, cometido por jovens alunos tiranizados por anos a fio, sem ninguém se aperceber do que acontecia. Tirar é um sistema social disfuncional. Há quatro tipos principais de tiranias que caracterizam o Bullying: arrelia, exclusão, tirar físico e perseguição.

1. Arrelia

Arrelia é violência verbal. É o mais perigoso e o mais duradouro modo de tirar. Fere por causa da maneira média, sarcástica da intimidação, do tom, da expressão facial e da repetição regular. Os tipos principais de arrelia são: molestar por gritos, insultos ao vivo ou via telefone, notas desagradáveis em lousas ou paredes, a internet, o e-mail, o envio de SMS e outros formulários eletrônicos, muito na moda para os jovens.

2. Exclusão

A exclusão é baseada na manipulação social, e pode ser expresso abertamente, assim como comportamentos indiretos, sutis, secretos do envolvimento ou a linguagem corporal não verbal pela intimidação e por outro. O objetivo da exclusão é criar uma identidade do grupo que se transforme em um mecanismo de controle poderoso. Um pequeno gesto pode ser bastante para amedrontar o alvo.

3. Físico

O tirar físico envolve o atacar. Pode incluir o agarramento do alvo por sua roupa e o rasgo dela ou sendo envolvido nas lutas em que é mais fraco o alvo. Inclui: empurrão, comprimindo, perfurando, colisão, batendo, puxar cabelo, limitações física, tropeços forçados, e o uso das armas, roubar livros, almoço ou outras possessões de objetos a força.

4. Perseguição

A perseguição envolve geralmente perguntas repetidas, irritantes, indicações ou ataques sobre opções sexuais, do gênero racial, as religiosas ou da nacionalidade inclui: a interferência, a atos de intimidade física e a assaltos através do toque e agarramentos.

Conforme Chalita (2008, p.86), os autores do Bullying, normalmente são alunos populares que precisam de plateia para agir. Reconhecido como valentões, oprimem e ameaçam suas vítimas por motivos banais para impor autoridade. Com isso, compreende-se que o autor do Bullying se sente reconhecido e realizado, sempre mantendo um grupo em torno de si para se manter apoiado e fortalecido, sentindo prazer e satisfação em dominar, controlar e causar danos e sofrimentos a vítimas.

A vítima tem alguma característica física ou emocional que faz dela um bode expiatório. Características físicas como baixa estatura, sobrepeso, deficiência física etc. Podem fazer com que a pessoa seja discriminada e depois agredida. Podem assumir o papel de vitimas, os indivíduos que não sabem se defender, que não dispõem de recursos e habilidades para reagir ou fazer cessar os atos danosos contra si. O sofrimento da vítima é mais visível, ainda que possa existir uma tentativa por parte dela de esconder o fato, que a envergonha e a faz viver uma total impotência. Porém, sintomas surgem e os pais precisam estar bem sensíveis para valorizá-los e proteger seu filho.

Como os pais podem saber que seus filhos estão sendo alvo de Bullying:

- Demonstra falta de vontade de ir à escola
- Sente-se mal perto da hora de sair de casa
- Pede para trocar de escola
- Revela medo de ir ou voltar da escola
- Muda frequentemente o trajeto entre a casa e a escola
- Apresenta baixo rendimento escolar
- Volta da escola, repetidamente, com roupas ou livros rasgados
- Chega muitas vezes em casa com machucados inexplicáveis
- Torna-se uma pessoa fechada, arredia
- Parece angustiado, ansioso, deprimido
- Apresenta manifestações de baixa autoestima
- Tem pesadelos frequentes

- Perde, repetidas vezes, seus pertences, seu dinheiro
- Tenta ou comete suicídio

Segundo Fante (2005), as vítimas, agressores e as testemunhas do Bullying, estão sujeitos a sofrer prejuízos na formação “psicológica, emocional e na sócioeducacional”.

Considera-se que os alunos que são vítimas das agressões, por um período prolongado de tempo, dependendo da intensidade do sofrimento vivido e não conseguindo superar os traumas causados, dependendo da característica individual de cada um, tendo dificuldade de se relacionar consigo mesma, com meio social e com a sua família, poderá ter pensamentos destrutivos, alimentados pela raiva reprimida, em consequência nasce o desejo de cometer o suicídio.

Há uma grande possibilidade da criança vítima de Bullying se tornar depressiva transformando-se em um adulto com dificuldade de se relacionar e prejudicando sua vida acadêmica.

Considerações Finais

Ao longo desse estudo, foi possível perceber que inúmeras crianças e adolescentes estão expostos ao risco de sofrerem abusos regulares de seus pares, e que as escolas identificam apenas algumas características do Bullying e dos estudantes envolvidos, talvez pela complexidade que o fenômeno englobe, talvez por ser mais fácil ignorá-lo a enfrenta-lo, mas é mister deixar claro que as consequências para o desenvolvimento das vítimas do Bullying podem ser traumas e bloqueios que podem arrastar por toda a sua vida e comprometer seriamente seu desenvolvimento escolar.

Algumas vítimas até focam em seus estudos, mas evitam atividades extracurriculares. Atendem as necessidades de classe irregularmente e na maioria das vezes, faltam com frequência na aula de educação física. Os alvos não questionam. Não contribuem nem se queixam para evitar

atrair atenção em sala de aula. As crianças com dificuldades de aprendizagem escondem suas inabilidades de medo de serem chamadas de estúpidas, assim lhes é negado o auxílio extra.

As crianças inteligentes e sensíveis temem expor seus conhecimentos. Temem ser ridicularizada por estudantes ciumentos. Não desenvolvem seu potencial; disfarçam seus talentos originais e restringem suas realizações.

Referências Bibliográficas

1. CHALITA, Gabriel Pedagogia da amizade- Bullying: O sofrimento das vítimas e dos agressores, Ed.Gente, 2008.

2. FANTE, Cleo. Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz;Ed.Verus,2005

3. Revista veja: Abaixo a tirania dos valentões. Edição 2213-Abril 2011

COMPREENDENDO O EFEITO PLACEBO NOS ANIMAIS E NO HOMEM

**Isar Naves Ribeiro¹; Marivaldo de Souza¹; Wanete Fagundes Souza¹,
Marisa Barreto¹; William Carlos de Souza¹; Ricardo Bandeira¹**

Universidade Ibirapuera
Av. Interlaos, 1329 – São Paulo – SP
ricardoban@gmail.com

Resumo

Novas evidências obtidas por meio de um simulador virtual revelam como funciona o “efeito placebo” no corpo humano – quando, em determinadas circunstâncias, um medicamento falso pode curar uma doença como se fosse um remédio verdadeiro. O estudo, conduzido pelo biólogo Peter Trimmer, da Universidade de Bristol, na Grã-Bretanha, indicou que a reação se deve a uma espécie de “interruptor” presente no sistema imunológico, fruto da evolução e controlado pela mente. Durante as pesquisas, Trimmer percebeu que os roedores não combatiam as infecções tão bem quando as luzes de suas gaiolas simulavam o inverno. Segundo Trimmer, o sistema imunológico exige muitos esforços do corpo. Quando o esforço é grande demais, em casos de infecções letais, homens e animais podem perder grande parte de suas reservas lutando contra a doença, o que pode colocar em risco a vida. Mas quando a infecção não é mortal, a melhor forma de lidar com o problema é esperar por um sinal de que não é necessário combater a doença. Esse sinal pode ser um placebo – iluminação artificial, aos hamsters, ou um remédio falso aos humanos. Hoje, quando os médicos oferecem um remédio, não estão preocupados só em curar a doença, mas também com o ambiente em que a pessoa está inserida”, acrescentou. Esse não é, entretanto, o único mecanismo que explica o efeito placebo. A reação pode ocorrer também quando a pessoa está convencida de que tomar certo medicamento garantirá sua cura.

Palavras-chave: Placebo, Efeito placebo, Tendência Atualizante, Autocura, Estudos duplo-cegos.

Abstract

New evidence obtained by means of a virtual simulator reveal how the “placebo effect” in the human body - when, in certain circumstances, a fake medicine can cure a disease like a real thing. The study, led by biologist Peter Trimmer, University of Bristol in Britain, indicated that the reaction is due to a kind of “switch” present in the immune system, the result of evolution and controlled by the mind. The research began when Trimmer and his team observed that other animals also exhibited a response similar to the placebo effect. The studies clearly indicate an evolutionary advantage to start and stop the immune system, depending on the ambient conditions. Trimmer explained that in the case of humans, there are good and bad times to activate the immune system. “If a person breaks his foot normally puts all the effort in the immune system to heal quickly. Nevertheless, if you’re being chased by a predator - a lion, for example - it is better not to concentrate their efforts in healing, but on the trail, he explained. Today, when doctors offer a remedy, are not concerned only cure the disease, but also with the environment in which the person is located,” he added. This is not, however, the only mechanism explaining the placebo effect. The reaction can also occur when a person is convinced that taking certain medication guarantee their healing.

Keywords: Placebo, Placebo effect, Actualizing Tendency, Self-healing, Double-blind studies.

1. Introdução

O efeito placebo é um dos fenômenos mais estranhos e menos compreendidos da fisiologia e psicologia humanas. A maioria de nós já experimentou ou ouviu falar nele: é a ideia de que podemos, essencialmente, nos curar de doenças simplesmente porque acreditamos que estamos sendo curados. A ideia de nós mesmos nos enganarmos a ter saúde prova que o cérebro é realmente uma entidade extremamente poderosa. Embora faça sentido, de uma forma estranha, que sejamos capazes de fazer isso, há certos aspectos do efeito placebo que até mesmo cientistas e médicos não conseguem explicar.

2. Objetivo

Empresas farmacêuticas empregam os mesmos procedimentos (testes duplos e cegos) em cães ao testar medicamentos para animais, como para humanos. Em um estudo em particular, cães com epilepsia receberam ou uma medicação, ou um placebo. O grupo do placebo reagiu de forma extremamente positiva. Novos estudos com hamsters também revelam que a maioria dos animais tem algo semelhante ao efeito placebo, que entra em ação dependendo do ambiente e da energia corporal disponível. Quando hamsters foram levados a acreditar que era inverno, seu sistema imunológico entrou em um estado mais dormente para preservar energia.

Esse mecanismo ajuda a explicar por que não podemos simplesmente nos recuperar, mas precisamos tomar uma pílula, seja qual for. Em essência, nós precisamos de algum tipo de influência externa para iniciar a sequência de eventos que levam ao efeito placebo. • Placebos mudam a interpretação da dor no cérebro

3. Embriaguez placebo

Mulheres geralmente ficam bêbadas mais facilmente que os homens, requerendo menos álcool. Na verdade, para ficar embriagado não é necessário nenhum álcool. Isso porque podemos simplesmente enganar-nos a pensar que estamos bêbados. Pesquisas diferentes já descobriram que aqueles que acreditam ter bebido álcool

(mesmo que a bebida fosse não alcoólica) se sentem bêbados e têm realmente o julgamento prejudicado. Ou seja, se saem pior em testes simples e seu QI torna-se menor, como se estivessem realmente embriagados.

4. Moradia afeta o efeito placebo

Americanos tendem a exibir hipocondria mais do que qualquer outra cultura na Terra, já que a propaganda de saúde e medicamentos lá é extensa. Por alguma razão, tendem a atribuir muito poder aos medicamentos que podem ser injetados na veia (provavelmente porque foram condicionados a respeitar o poder de injeções desde o nascimento). Europeus, por outro lado, reagem de forma mais positiva a comprimidos de placebo do que injeções. Ou seja, fatores culturais influenciam fortemente a maneira pela qual o efeito placebo se manifesta. Drogas de placebo utilizadas em um estudo para o tratamento de úlceras funcionaram muito melhor na Alemanha do que no Brasil. Um teste de drogas para hipertensão foi o menos reativo para as pílulas de placebo na Alemanha.

Esses fatores culturais são poderosos na formação das nossas esperanças, medos e expectativas, de maneira que o efeito placebo se transforma quando atravessa fronteiras.

5. Funcionamento

Toda a premissa do efeito placebo é que os pacientes acreditam que estão recebendo medicamento verdadeiro e são curados. Mas, mesmo quando os pacientes descobrem que estão recebendo uma droga falsa, ela ainda funciona de forma eficaz, o que não faz nenhum sentido.

• **Efeito placebo:** mesmo quando os pacientes sabem que estão tomando remédios falsos, há efeitos positivos. Em testes nos quais os doentes recebem medicamentos simulados, eles são eventualmente informados de que tomaram placebo. Depois de saber disso, cientistas esperam que os benefícios positivos do remédio diminuam ou pelo menos enfraqueçam nos pacientes. Mas, pelo contrário, os efeitos positivos per-

manecem e muitos querem continuar a tomar a droga.

No futuro, isso poderia significar que médicos prescreverão pílulas de açúcar para pacientes com pleno conhecimento que estão tomando placebo.

6. Efeito placebo derivado de infecções falsas e doenças não relacionadas

Um grupo de médicos queria ver se as pessoas que sofriam de asma que fossem infectadas com amarelão iriam sentir alívio nos seus sintomas. Eles dividiram o grupo de doentes asmáticos em dois, infectaram um com ancilóstomo, e fizeram o segundo pensar que também tinha sido infectado. O grupo que tinha realmente sido infectado viu uma melhora. O segundo grupo, incrivelmente, também. Isso demonstrou que as melhorias de ambos os grupos foram resultado do efeito placebo.

A maior parte do grupo que tinha sido infectado escolheu manter as infecções após terminar o estudo, por causa das vantagens percebidas.

7. Gêmeo “Nocebo”

Assim como as nossas expectativas sobre a eficácia de uma droga podem influenciar a nossa reação a um placebo, uma expectativa de efeitos colaterais pode levar-nos a experimentá-los também. Isso tem se manifestado em uma infinidade de formas, às vezes extremas, e ficou conhecido como “nocebo”. Um estudo notável documentou os efeitos do nocebo na Itália, onde pessoas com ou sem intolerância à lactose tomaram o que pensaram ser lactose (não era). 44% das pessoas com intolerância e 26% sem intolerância desenvolveram sintomas de desconforto gastrointestinal. Como se ter diarreia e dor de estômago sem motivo algum não fosse ruim o suficiente, imagine perder a fé em seu pênis normal por causa do que o seu médico lhe disse.

O efeito nocebo lamentavelmente funciona em pessoas que tomam medicamentos reais, como foi revelado por um estudo realizado em homens que tomaram a droga finasterida para próstatas aumentadas. Metade foi informada pelo médico que disfunção erétil era um possível efeito colateral, e a outra metade não. Do grupo que ouviu sobre o efeito, 44% relataram disfunção erétil, em compara-

ção com apenas 15% do grupo que não tinha sido informado.

Em outro estudo, um paciente participando de um teste para medicação antidepressiva engoliu 26 pílulas de placebo em uma tentativa de suicídio.

Mesmo sendo completamente inofensivas, sua pressão arterial de alguma forma caiu perigosamente.

8. Cor e tamanho afetam efeito placebo

Nossa percepção de quão bem funciona uma pílula muitas vezes determina o quão bem ela realmente acaba funcionando. Esta eficácia percebida é baseada em grande parte no tamanho, forma e cor da pílula. Pesquisadores descobriram que pílulas de placebo amarelas são as mais eficazes no tratamento da depressão, enquanto pílulas vermelhas levam o paciente a ficar mais alerta e acordado. Comprimidos verdes ajudam a aliviar a ansiedade, enquanto pílulas brancas aliviam problemas estomacais, como úlceras.

Quanto mais pílulas de placebo as pessoas tomam, melhor, com as tomadas quatro vezes por dia sendo mais eficazes do que as tomadas duas vezes por dia. Comprimidos que têm uma “marca” carimbada sobre eles também funcionam melhor do que pílulas que não têm nada escrito sobre elas. Parece que nós somos superficiais até quando se trata de medicamentos falsos.

9. Cirurgias placebo também são eficazes

Imagine sofrer uma lesão que exige cirurgia e ser submetido ao procedimento, o que resulta em um membro sem dor. Agora imagine o médico lhe dizendo, um mês depois, que não reparou nada durante a cirurgia, apenas lhe cortou e lhe fez acreditar que um procedimento tinha ocorrido. Isso é essencialmente o que vem acontecendo em testes médicos, e os resultados mostram que as cirurgias falsas podem ser tão eficazes quanto as reais. A melhor parte é, obviamente, que a cirurgia falsa é bem mais barata.

10. Poder ao longo dos anos

O efeito placebo foi observado pela primeira vez no final de 1700, mas suas verdadeiras implicações fisiológicas não foram realmente compreendidas até a década de

1970. Ainda assim, parece que, quanto mais os médicos conduzem testes, mais poderoso o efeito placebo se torna. Isso pode ser resultado de nosso condicionamento social. Humanos colocam muita fé em profissionais médicos. Conforme a tecnologia médica melhora, a mortalidade diminui e a nossa fé na medicina se torna mais forte. Tomamos conforto na rotina de ir ao médico, ser examinado, ir à farmácia e começar a tomar pílulas.

Esperamos nos curar e, ao longo do tempo, essa expectativa tornou-se ainda mais pronunciada, conforme nossa fé na ciência se fortaleceu. Na Idade Média, teria havido pouca razão para ter fé nos procedimentos médicos, já que a maioria das pessoas morria. Hoje, nossa confiança nas drogas só deve crescer. Com isto, o efeito placebo cresce também.

11. Método

Foi realizado um amplo estudo bibliográfico, abrangendo as seguintes fontes: internet, sites competentes, livros conceituados, artigos científicos envolvendo experimentos, estatísticas e vasta comprovação na efetividade.

12. História

Placebo (do latim *placere*, significando “agradarei”) é como se denomina um fármaco ou procedimento inerte, e que apresenta efeitos terapêuticos devido aos efeitos fisiológicos da crença do paciente de que está a ser tratado.

Um placebo é uma substância inerte, ou cirurgia ou terapia “de mentira”, usada como controle em uma experiência, ou dada a um paciente pelo seu possível ou provável efeito benéfico. O por quê de uma substância inerte, uma assim chamada “pílula de açúcar,” ou falsa cirurgia ou terapia fazerem efeito, não está completamente esclarecido. Muitos médicos também podem atribuir efeito placebo a medicamentos com princípios ativos, mas que apresentam efeitos terapêuticos diferentes do esperado. Por exemplo, um comprimido de vitamina C pode aliviar a dor de cabeça de quem acredite estar ingerindo um analgésico, sendo um exemplo clássico de que o que cura é não apenas o conteúdo do que ingerimos mas também a forma.

Seguindo esta corrente de pensamento, o dicionário médico Hooper cita o placebo como “o nome dado

a qualquer medicamento administrado mais para agradar do que beneficiar o paciente”.

O placebo pode ser eficaz porque pode reduzir a ansiedade do paciente, revertendo assim uma série de respostas orgânicas que dificultam a cura espontânea:

- Aumento da frequência cardíaca e respiratória
- Produção e liberação de adrenalina na circulação sanguínea
- Contração dos vasos sanguíneos

Essas respostas orgânicas são vantajosas para reações de fugir ou lutar contra agressores externos. Mas também prejudicam a cicatrização e o fluxo de leucócitos, e são, portanto, prejudiciais para o processo de cura, sendo aqui o efeito placebo bastante útil. O efeito placebo pode ainda ser usado para testar a validade de medicamentos ou técnicas verdadeiras. Consiste, por exemplo, no uso de cápsulas desprovidas de substâncias terapêuticas ou contendo produtos conhecidamente inertes e inócuos, que são administrados a grupos de cobaias humanas ou animais para comparar o efeito da sugestão no tratamento de doenças, evitando-se atribuir possíveis resultados terapêuticos a tratamentos sem valor.

Na comparação com placebo estabelece-se a validade de um medicamento ao compará-lo com os processos de cura espontânea ou por sugestão.

O princípio subjacente é o de que num ensaio com placebo, parte do sucesso da substância ativa é devido não a esta mas sim ao efeito placebo da mesma. Efeito placebo é o efeito mensurável ou observável sobre uma pessoa ou grupo, ao qual tenha sido dado um tratamento placebo.

13. Tipos de placebos

Os placebos são classificados em dois tipos:

Placebos inertes - são aqueles realmente desprovidos de qualquer ação farmacológica, cirúrgica, etc.

Placebos ativos - são os que têm ação própria, embora, às vezes, não específica para a doença para a qual estão sendo administrados.

Muitos acreditam que o efeito placebo seja psicológico, devido a um efeito real causado pela crença ou por uma ilusão subjetiva. “Se eu acreditar que a pílula ajuda, ela vai ajudar. Ou a minha condição física não muda, mas eu sinto que ela mudou. Por exemplo, Irving Kirsch, um

psicólogo da Universidade de Connecticut, acredita que a eficácia do Prozac e drogas similares pode ser atribuída quase que inteiramente ao efeito placebo.

“O fator crítico,” afirma Kirsch, “são nossas crenças a respeito do que irá acontecer conosco. Você não precisa confiar nas drogas para ver uma profunda transformação.” Em um estudo anterior, Sapirstein analisou 39 estudos, feitos entre 1974 e 1995, de pacientes depressivos tratados com drogas, psicoterapia, ou uma combinação de ambos. Ele descobriu que 50 por cento do efeito das drogas se deve à resposta placebo.

As crenças e esperanças de uma pessoa sobre um tratamento, combinadas com sua sugestibilidade, podem ter um efeito bioquímico significativo.

Sabemos que as experiências sensoriais e pensamentos podem afetar a neuroquímica, e que o sistema neuroquímico do corpo afeta e é afetado por outros sistemas bioquímicos, inclusive o hormonal e o imunológico.

Assim, há provavelmente uma boa dose de verdade na afirmação de que a atitude esperançosa e as crenças de uma pessoa são muito importantes para o seu bem estar físico e sua recuperação de lesões ou doenças.

Entretanto, pode ser que muito do efeito placebo não seja uma questão da mente controlando moléculas, mas sim controlando o comportamento. Uma parte do comportamento de uma pessoa “doente” é aprendida.

Assim como o é parte do comportamento de uma pessoa que sente dor. Em resumo, há uma certa quantidade de representação de papéis pelas pessoas doentes ou feridas.

Representação de papéis não é o mesmo que falsidade, é claro. Não estamos falando de fingimento. O comportamento de pessoas doentes ou com lesões tem bases, até certo ponto, sociais e culturais.

O efeito placebo pode ser uma medida da alteração do comportamento, afetado por uma crença no tratamento. A mudança no comportamento inclui uma mudança na atitude, na qual uma pessoa diz como se sente, ou como esta pessoa age. Ela também pode afetar a química do corpo da pessoa.

A explicação psicológica parece ser aquela em que as pessoas mais acreditam. Talvez seja por isso que muitas pessoas fiquem consternadas quando são informa-

das de que a droga eficiente que estão tomando é um placebo. Isso a faz pensar que o problema está “todo em sua cabeça” e que não há nada realmente errado com elas.

Além disso, há muitos estudos que descobriram melhoras objetivas na saúde com o uso de placebos para apoiar a noção de que o efeito placebo é inteiramente psicológico. Em um estudo publicado [em junho de 1999], Kirsch e... Guy Sapirstein... analisaram 19 testes clínicos de antidepressivos e concluíram que a expectativa de melhora, e não ajustes na química do cérebro, foram responsáveis por 75 por cento da eficácia das drogas. Médicos em um estudo eliminaram verrugas com sucesso, pintando-as com uma tinta colorida e inerte, e prometendo aos pacientes que as verrugas desapareceriam quando a cor se desgastasse.

Em um estudo de asmáticos, pesquisadores descobriram que podiam produzir a dilatação das vias aéreas simplesmente dizendo às pessoas que elas estavam inalando um broncodilatador, mesmo quando não estavam.

Pacientes sofrendo dores após a extração dos dentes sisos tiveram exatamente tanto alívio com uma falsa aplicação de ultrassom quanto com uma verdadeira, quando tanto o paciente quanto o terapeuta pensavam que a máquina estava ligada.

Cinquenta e dois por cento dos pacientes com colite tratados com placebos em 11 diferentes testes, relataram sentir-se melhor -- e 50 por cento dos intestinos inflamados realmente pareciam melhores quando avaliados com um sigmoidoscópio. A palavra placebo vem do latim e foi cunhada da Bíblia cristã, após vários erros de tradução, diz o doutor Ben Z. Krentzman. A palavra apareceu em primeiro lugar no salmo 116 e foi adquirindo uma conotação científica nos dicionários ao longo do tempo.

14. Casos Verídicos

O primeiro caso é relatado por Dr. Rossi como um caso de “vida e morte vodu”, ou como “o complexo de desistência no sistema nervoso autônomo”, onde um médico da Fundação Rockefeller, a serviço em uma missão no Pacífico Ocidental, convivia com nativos convertidos e não convertidos. O caso envolveu o padre da missão, seu assistente de serviços gerais, um nativo chamado Rob e um feiticeiro de nome Nebo. Certo dia, o padre veio até o médico depois de

constatar que o nativo Rob estava muito doente.

O médico examinou o nativo e não encontrou sinais de febre, nem queixas de dores, nem sinais evidentes de doença, mas, ao mesmo tempo, ficou impressionado ao constatar que o nativo estava extremamente fraco e doente. Por meio do missionário, o médico soube que o feiticeiro Nebo havia apontado um osso para Rob e o nativo se convenceu que iria morrer.

O médico e o missionário foram até Nebo e o intimaram a ver Rob, caso contrário seu suprimento de comida, fornecido pela missão, seria cortado. O feiticeiro foi com eles até o nativo e, lá chegando, aproximou-se de Rob dizendo que tudo havia sido uma brincadeira, um engano.

O médico (cujo relatório na íntegra foi publicado no livro de Dr. Rossi e nos artigos do fisiologista Walter Cannon) ficou estupefato ante a metamorfose. De uma fase de pré-coma o nativo passou imediatamente a uma fase saudável, com total força física, e na mesma tarde estava perambulando pela missão.

Dr. Rossi relata, mostrando artigos de outros pesquisadores como Cannon e Engel, que a morte vodu, muito comum naquela região, é devida a uma exposição intensa e prolongada ao stress emocional e à crença dos nativos de que estavam sob o poder do médico feiticeiro.

A causa 'real', na verdade, era um sistema nervoso simpático superativado. Em outro caso semelhante, um nativo veio a falecer diante de um agudo completo "desist-retoma" e de um poderoso agente sugestionador, que acabou se revertendo em tempo no caso do nativo Rob. Outro exemplo de experiência de condicionamento em seres humanos: dá-se choque na mão de um sujeito após ele ouvir a palavra caminho, provocando retirada da sua mão. Depois de algum tempo, ouvindo a palavra caminho, esta pessoa retira a mão, fazendo o mesmo, também, ao ouvir sinônimos: estrada, via, rota, etc.

15. Resultados

Um placebo pode ser especialmente benéfico quando algumas situações como as numeradas abaixo acontecem:

1. O médico, por observação clínica, tem de início um

pré-diagnóstico da possível doença do paciente mas não deseja administrar uma droga química, devido aos efeitos colaterais indesejáveis, e então aplica um 'remédio' que na verdade não tem a função de curar aquela doença. O paciente toma e, acreditando estar tomando um remédio poderoso, fica livre da doença ou pelo menos dos sintomas.

2. O paciente deseja sinceramente se ver livre de alguma doença ou problema físico e não só deposita esperança no remédio que está tomando, mas também permite que o remédio ingerido faça efeito.

3. O indivíduo, mesmo sabendo que está tomando um placebo, ainda assim deseja se livrar do desconforto físico e o próprio indivíduo, atribui qualidades de cura ao 'remédio' e permite também que esse remédio faça o efeito.

4. A simples ida ao médico, que compreende a presença do médico diante do paciente, o ritual da anamnese (coleta de dados) e da observação clínica, o toque da mão do médico na pessoa, a atenção, a roupa branca do médico, esse aparato, por si só, é passível de provocar o efeito placebo, quando o paciente manifesta melhoras, porque confia em seu médico, segundo relata Dr. Brown.

5. Um placebo pode ser benéfico nos casos em que, ingerido em lugar de uma droga química, não provoca os efeitos colaterais que a droga provocaria. Existem pacientes que são sensíveis ou alérgicos a certos medicamentos, e o placebo, como uma substância inerte, não provoca efeitos colaterais.

6. Principalmente, um placebo é benéfico quando promove a cura, a melhora ou o alívio da doença.

7. Segundo Dr. Brown e Dr. Rossi, existem casos comprovados de melhora nas questões do stress e em pessoas com úlceras gástricas, verrugas, artrites e outras deficiências relacionadas ao sistema de defesa imunológico.

16. Danos

Existem riscos para o uso indiscriminado dos placebos, alerta Dr. Brown quando diz que seu uso acaba evocando também a questão da ética. Ele questiona que, por um lado, o médico não deve enganar o indivíduo, e, por outro lado, não pode furtar-se em aliviar suas dores. Aqui, alguns exemplos dos efeitos não benéficos do placebo:

1. Quando o paciente toma um placebo e sente melhora dos sintomas, mas na realidade a doença continua avançando e pode ser determinadamente fatal.
2. Quando, diante de uma droga química comprovadamente eficaz para determinada doença, o médico opta por administrar um placebo.
3. Alguns pacientes, relata o Dr. Brown, apresentam efeitos colaterais mesmo com um placebo. Ele não cita, porém, que efeitos seriam estes desencadeados.
4. Na automedicação, quando um placebo é recomendado por um amigo ou comprado por conta própria na farmácia.
5. Quando a pessoa despende seu tempo, sua vida e suas economias com um tratamento tipo placebo que não é a melhor indicação para o seu caso.
6. Na visão de Dr. Brown, o placebo não funciona para doenças mais sérias como o câncer, para a qual seria mais indicado o tratamento tradicional.

Os estudos clínicos feitos com a administração de placebos a pacientes, em grupos de controle, sem que os próprios médicos que fazem essa administração saibam que se trata de placebos (apenas o orientador do estudo o sabe), constituem a prova maior de que existe algum fator, força ou tendência, a nível psicológico ou organísmico, que provoca de fato tais mudanças em direção à cura, as quais são tudo menos ocasionais ou meramente ilusórias.

Rapidamente se verificou que os placebos produzem muito mais efeitos sobre a doença estudada do que se poderia supor, tendo até, em alguns casos, os efeitos colaterais indesejados dos placebos chegando a ultrapassar os do medicamento ativo. Esse fato provocou a curiosidade científica de muitos investigadores que passaram então a tentar compreender o que provocava o efeito placebo.

Nestes estudos, denominados “duplo-cegos”, os pacientes são aleatoriamente divididos em dois grupos, o grupo experimental e o grupo de controle. O primeiro recebe o fármaco sob investigação, enquanto que o segundo não recebe tratamento. O resultado de ambos os grupos é comparado entre si, procurando então evidenciar-se o efeito efetivo do tratamento experimental, ou a ausência de efeito. Segundo o efeito placebo, os pacientes que julgam estar a receber um novo tratamento experimental tendem a ser mais otimistas sobre o resultado.

Quando são questionados tendem a minimizar os problemas de saúde e a dar mais peso aos efeitos positivos. Tendem a cuidar-se mais e a cumprir melhor as condições da experiência. Existe uma evidência substancial de que, independentemente dos fatores acima, os pacientes que depositam maiores expectativas sobre o seu tratamento evoluem melhor do que os que não as têm. Em muitos casos, o efeito placebo é pelo menos tão forte como quaisquer efeitos objetivos do medicamento.

Por outro lado, os médicos que acreditam que o paciente está a receber um novo tratamento experimental tendem a ser mais otimistas sobre as possibilidades daqueles pacientes. Nestes casos, o médico tende a avaliar mais favoravelmente o estado de saúde do examinado. Além disso, tendem a comunicar expectativas mais positivas ao paciente, o qual, por seu lado, tenta melhorar, de modo a fazer prova de que o seu médico está certo.

17. Outros estudos

Em estudo publicado na revista científica “Science”, pesquisadores da Universidade da Colúmbia Britânica afirmam que o simples ato de receber algum tipo de tratamento, seja ele ativo ou não, pode ser eficiente devido à expectativa de benefício que ele cria, justamente o efeito placebo.

Em investigação efetuada com doentes que sofrem de Parkinson, o cientista coordenador do estudo da “Science”, Jon Stoessl, declarou que: “os nossos resultados mostram que o efeito placebo não só é real como de considerável magnitude.

As modificações observadas são comparáveis às que ocorrem naqueles que tomam anfetamina, conhecida por libertar quantidades substanciais de dopamina”(9). Segundo outro dos autores do mesmo estudo, Fuente-Fernández, existem três patologias onde o efeito placebo já foi repetidamente verificado: dor, depressão e doença de Parkinson, curiosamente três desordens associadas à disfunção dos neurotransmissores no sistema nervoso central.

Numa experiência relativamente recente, crianças asmáticas a que deram essência de baunilha juntamente com o seu medicamento habitual para a asma, passaram a dar a mesma resposta tomando apenas essência de

baunilha. Segundo Brody, é “óbvio que o espírito pode curar o corpo quando reforçado pela esperança”.

De acordo com Lemoine, a ansiedade, a depressão, o pânico, o síndrome pré-menstrual, as dores cancerosas, pós-operatórias, as enxaquecas, a febre dos fenos, a tosse, as constipações, a tuberculose e mesmo o crescimento tumoral, são doenças que já foram estudadas do ponto de vista do placebo e dos seus efeitos, além de outras patologias como artrite crônica, úlcera gástrica e duodenal, diminuição da mobilidade intestinal, falta de ar, e doença de Parkinson.

A eficácia média do placebo situar-se-ia em cerca de 30 por cento. Mas este dado estatístico reveste-se de um significado muito relativo, já que “o efeito placebo varia em função de vários fatores: sintoma-alvo, apresentação do placebo, personalidade do subscritor e do doente”, entre outros. O placebo parece funcionar, acima de tudo, como o catalisador que faz desencadear no indivíduo os seus mecanismos internos de conservação, instinto de sobrevivência, preservação da espécie, amor a vida, e à existência orgânica, perpetuação, o organismo busca a homeostase, reconstrução, cicatrização, defesas natas e inatas imunológicas e assim por diante.

18. Conclusões

Poderíamos então definir efeito placebo como o resultado terapeuticamente positivo (ou negativo) de expectativas implantadas no sistema nervoso dos pacientes por condicionamento decorrente do uso anterior de medicação, contatos com médicos e informações obtidas por leituras e comentários de outras pessoas.

Cria-se uma expectativa positiva (ou negativa), decisiva no efeito real do medicamento no organismo do paciente.

Desta forma produzindo como consequência efeitos positivos ou negativos, conforme a sugestão terapêutica for encarada pelo paciente em relação a uma enorme gama de fatores associados, que se forem bem relacionados podem trazer cura ou melhoras muito significativas em diversos tipos de moléstias que acometem o organismo humano. Desde distúrbios psíquicos a doenças somáticas ou puramente fisiológicas.

Portanto conclui-se que há de se tirar grande

proveito científico do estudo aprofundado do efeito placebo, que dentro dos princípios da ética profissional médica pode representar grande avanço na busca médica-científica quanto a cura por meios naturais visando o fortalecimento do sistema imunológico sem consequências colaterais danosas.

Se aplicada com técnica precisa visando resultados positivos o efeito placebo pode se tornar um grandioso aliado não só nas pesquisas científicas como instrumento de controle comparativo, mas também como terapia médica, pois todos os tratamentos invasivos ou não trazem consequências com possibilidades benéficas ou malélicas, em percentuais questionáveis.

Enfim o efeito placebo poderá vir a se tornar o veículo de cura ideal, o mais desejável de todos, aquele que exalta o poder da alta cura imunológica, quem sabe o maior avanço científico do futuro na busca da tão sonhada perpetuação da vida humana, o aprimoramento da nossa própria imunidade, mas até que ponto isso atenderia aos interesses da poderosa indústria farmacêutica, que conjecturemos, deveria convergir seus esforços na visão de buscar não tanto quimioterápicos e imunossuppressores mas sim imunoterápicos e mediadores da regulação determinante genética.

19. Referências Bibliográficas

- Amaral, J. R. e Sabbatini, R. M. E. (1999) “Efeito Placebo: o poder da pílula de açúcar”. Cérebro e Mente.
- Barrett, S. (2002) “Remissão Espontânea e Efeito Placebo”. Quackwatch em português.
- Brody, H. (2000) “Placebo: os comprimidos a fingir”. Expresso.
- Brodley, B. (1998) “O Conceito de Tendência Atualizante na Teoria Centrada no Cliente”. A Pessoa como Centro – revista de estudos rogerianos, Lisboa, Ed. APPCPC.
- Carroll, R. T. (2000) “O Efeito placebo”. The Skeptic’s Dictionary.
- Gerhardt, I. (2001) “Substância Inócua combate Parkinson”. Folha de S. Paulo.

Gobbi, S. L. e Missel, S. T. (1998) "Abordagem Centrada na Pessoa – vocabulário e noções básicas", Tubarão, Ed. Universitária.

Hipólito, J. e Nunes, O., "Patologia Somática Grave". A Pessoa como Centro – revista de estudos rogerianos, Lisboa, Ed. APPCPC.

Lemoine, P. (1998) "O Mistério da Autocura em Medicina", Lisboa, Ed. Instituto Piaget.

Pagès, M. (1976) "Orientação Não-Directiva em Psicoterapia e em Psicologia Social", Rio, Ed. Forense-Universitária.

Rogers, C. R. (1983) "Um Jeito de Ser", Rio, Ed. EPU, p. 40.

Rogers, C. e Kinget (1977) "Psicoterapia e Relações Humanas", I, Belo Horizonte, Ed. Interlivros, 159-160.

A SAÚDE MENTAL DO ENFERMEIRO PALIATIVISTA

Silvana Nunes da Silva¹, Maria Helena Bacaicoa¹

Universidade Ibirapuera
Av. Interlaos, 1329 – São Paulo – SP
silvana_enfa@hotmail.com

Resumo

O presente estudo objetiva interligar a teoria a respeito do cuidado paliativo à prática descrita em artigos e literaturas, desenvolvendo uma base preparatória e pretendendo contribuir para a consolidação do conhecimento, apontando possíveis estratégias, promovendo uma análise/discussão do assunto abordado e retratando a importância da condição emocional do enfermeiro enquanto cuidador, diante da percepção de morte iminente.

A cultura ocidental atual busca o prolongamento da vida e de um modo geral, a morte representa para os profissionais da saúde uma derrota profissional devido à falta de preparo dos mesmos diante desta realidade. Esse estudo busca ampliar o conhecimento a respeito do cuidar paliativo, ciência que cria um vínculo terapêutico entre o profissional de enfermagem e o paciente sem possibilidades de cura, despertando questionamentos sobre o processo de morrer e morte. Serão abordados através de uma análise reflexiva, a dinâmica e os aspectos emocionais e comportamentais relacionados ao tema retratando as dificuldades enfrentadas pelo paciente, familiares e o enfermeiro oportunizando uma reflexão sobre a condição humana e uma nova visão do cuidar/cuidador.

O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica sobre uma abordagem qualitativa que permite a compreensão das intenções e significados da assistência humana em cuidados paliativos, possibilitando um novo parâmetro e ampliando com bases científicas o conhecimento e principais particularidades que envolvem a atuação da enfermagem sobre o cuidar paliativo.

Esta pesquisa foi realizada de forma sistematizada onde 25 artigos foram selecionados e analisados na íntegra mantendo como critério o aperfeiçoamento do profissional de enfermagem através das diretrizes e perspectivas envolvidas neste processo de vivenciar o cuidado ao paciente diante da morte iminente, seguindo a perspectiva crítica e reflexiva sob a ótica da humanização. Os artigos selecionados foram publicados nos últimos 10 anos e selecionados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e dissertações apresentadas a Instituições de Ensino Brasileiras.

Palavras-chave: Saúde Mental. Enfermeiro Paliativista. Emocional do Enfermeiro Paliativista.

Abstract

This study focus in connecting the theory about the practice of palliative care, described in articles and literature developing a basic preparatory and intending to contribute to the consolidation of knowledge , pointing out possible strategies , promoting a review / discussion of the subject and portraying the importance of emotional condition of the nurse as caregiver , on the perception of imminent death.

The current occidental culture search for prolonging life, and in general , death represents for professionals in health care a professional defeat due to lack of preparing ourselves before this reality . This study seeks to broaden the knowledge about palliative care , the science that creates a therapeutic relationship between the nursing professionals, and the patient with no possibility of cure , raising questions about the process of dying and death. It will be studied through a reflective analysis , dynamics and the emotional and behavioral aspects related to the theme portraying the difficulties faced by the patient , family and nurse, giving opportunity for a reflection on the human condition and a new vision of care / caregiver. This research had been realized by a systematic way where 25 articles were selected and analyzed following as the criterion the improvement of professional nursing through the guidelines and perspectives involved in the process of experiencing patient care in the face of imminent death, following the critical and reflective from the perspective of humanization. Selected articles were published in the last 10 years and selected the Virtual Health Library (VHL) and the Latin American and Caribbean Health Sciences (LILACS) and dissertations submitted to Brazilian education Institutions.

Keywords: Mental Health. Palliative nurse. Emotional palliative nurse.

1. Introdução

A definição da Organização Mundial de Saúde a respeito dos cuidados paliativos esclarece com objetividade o foco do profissional da saúde. Define-se como “medidas que aumentam a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares que enfrentam uma doença terminal, através da prevenção e alívio do sofrimento por meio da identificação precoce, avaliação correta e tratamento de dor e outros problemas físicos, psicossociais e espirituais.” (MACHADO, 2009)

Essa definição demonstra a realidade das relações de trabalho realizadas pelo enfermeiro junto aos pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura. De acordo com Campos e Boog (2006), a Enfermagem contemporânea passa por um processo de hibridação, evoluindo do conceito profissional de ser rápido e útil, para a fase em que o conceito de enfermagem passa a envolver os contextos cultural, social e emocional da pessoa, de forma que, ao aplicar-lhe o conhecimento científico do cuidado, o profissional acrescenta o afeto que, sem dúvida, é um fator que contribui para a melhoria das condições gerais do indivíduo. A partir dessa perspectiva, vale pensar no compromisso que os profissionais da enfermagem têm para com a profissão dentro dos preceitos ético-legais, dos quais se ressalta o artº1 do Código de Ética de Enfermagem, o qual diz: “a enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde do ser humano e da coletividade. Atua na promoção, proteção, recuperação da saúde e reabilitação das pessoas, respeitando os preceitos éticos e legais, que envolvem desde os deveres e proibições.” Entre os deveres destaca-se o art. 25: “garantir a continuidade da assistência de enfermagem.”

O presente estudo objetiva retratar a importância da condição emocional do enfermeiro enquanto cuidador, diante da percepção de morte iminente. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre uma abordagem qualitativa que permite a compreensão das intenções e significados da assistência humana em cuidados paliativos, possibilitando um novo parâmetro e ampliando com bases científicas o conhecimento e principais particularidades que envolvem a atuação da enfermagem sobre o cuidar paliativo.

2. Desenvolvimento

As literaturas pesquisadas e analisadas possuem como conceito em comum a importância do preparo do profissional da saúde diante da assistência a pacientes na terminalidade da vida. Apesar desta ciência/filosofia ser a única fonte de assistência para pacientes portadores de doenças crônicas degenerativas, os recursos financeiros disponíveis no Brasil ainda estão voltados para os tratamentos curativos. Surge, assim, a necessidade de um modo específico de cuidar, o cuidado paliativo definido em 1990 e revisado em 2002, pela Organização Mundial de Saúde como “medidas que aumentam a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares que enfrentam uma doença terminal, através da prevenção e alívio do sofrimento por meio da identificação precoce, avaliação correta e tratamento de dor e outros problemas físicos, psicossociais e espirituais.” (MACHADO, 2009)

O cuidar paliativo deve ser encarado não apenas como uma ciência, mas também como uma proposta reflexiva e dinâmica, pois é embasada por este conjunto de diretrizes que envolvem humanização, empatia e ética. Segundo Marcondes (2009) o cuidar paliativo não é apenas uma modalidade, é uma filosofia de cuidar que envolve o profissionalismo e as experiências humanas, uma filosofia de cuidar que completa os tratamentos curativos da medicina moderna e principalmente proporciona aos profissionais da área, dignidade e significado aos tratamentos escolhidos.

A humanização no processo de enfermagem pode ser traduzida através da essência da mesma concebida desde os tempos de Florence Nightingale, que como fundadora da enfermagem moderna, definiu como componentes fundamentais da enfermagem a devoção, a sobriedade, a delicadeza e a habilidade de observação minuciosa. Estes atributos contribuem para o desenvolvimento técnico e científico do enfermeiro generalista, e ao se tratar do cuidar paliativo, recebe uma conotação ainda mais profunda vista a reflexão que a finitude da vida traz a todos os envolvidos. (COSTA et.al. 2009).

Na busca pelo inevitável, acaba-se por haver um desgaste da família e dos cuidadores, e o paciente

deixa de vivenciar momentos valiosos junto aos seus. Os profissionais da saúde tornam-se diante desta realidade mais que cuidadores, passam a fazer parte do cenário familiar do paciente, representando não apenas “alívio”, mas também “conforto”, a todos os envolvidos.

Este conforto retratado na dissertação redigida por Santana é também citada com propriedade pelos autores Araújo e Silva (2007), que ressaltam a comunicação como a principal aliada na relação paciente, família e enfermeiro. Através da comunicação sincera, forma-se o vínculo de confiança necessário para que a assistência tenha êxito, e principalmente para que a autonomia do paciente seja não só respeitada, mas também compreendida.

Scharamm, em 2002, destacou em sua produção científica a importância da conscientização da empatia como aliada ao paliativismo tendo como eixo o respeito a experiência do paciente. O autor ressalta: “... os cuidados paliativos delineiam uma espécie de justo meio constituído pela preocupação de responder ao chamamento do outro e ao mesmo tempo sem expropriá-lo da experiência fundamental de seu morrer”.

Configura-se assim a importância de colocar-se no lugar do outro, analisando e principalmente sentindo a fragilidade e insegurança que o processo de morte desperta. Scharamm relata ainda que as ciências da vida e da saúde ensinam que morte e finitude são características intrínsecas dos seres humanos afinal viver e morrer são faces inseparáveis na existência, porém a vulnerabilidade determina o curso do acontecimento e desperta o princípio moral da proteção que dá legitimidade para a ação do profissional cuidador.

Nesse processo Campos e Boog (2006), destacam que o conhecimento de enfermagem deve envolver os contextos cultural, social e emocional da pessoa, de forma que, ao aplicar-lhe o conhecimento científico do cuidado, o profissional acrescente o afeto que, sem dúvida, é um fator que contribui para a melhoria das condições gerais do indivíduo. Piva e Carvalho (2009) relatam que a atuação da equipe deve visar ao conforto do paciente e ao alívio do seu sofrimento, não devendo por isso capitular diante de possíveis sentimentos de incapacidade, incompetência ou omissão. Nesse momento, a equipe tem obrigação ética e moral de manter o suporte emocional e todas as medidas

que visem a não-maleficência, questionando todas aquelas que possam ferir tal objetivo.

Em dissertação publicada em 2009, a autora Boemer retrata com clareza a importância da renovação profissional frente ao cuidar paliativo, a autora relata: “Se os profissionais se despojarem do velho e abolido conceito de que não devem envolver-se emocionalmente, conseguirão usar suas subjetividades para captar a do doente e, assim, poderão estabelecer intersubjetividades que facilitarão o cuidado de enfermagem.” No entanto, o alcance do alívio da dor e do sofrimento, frente às constantes oscilações de queixa do doente, representa um desafio para profissionais de saúde, sobretudo para o enfermeiro.

Para Paulino, (2008), uma atitude de acompanhamento do doente em fase final de vida inscreve-se numa nova ritualização perante o fim da vida e testemunha certa evolução das atitudes e mentalidades face à morte. O autor ainda ressalta que acompanhar uma pessoa perante uma etapa crucial da sua existência poderá ser uma oferta de escuta, de acompanhamento no seu processo de luto e esta solidariedade é fundamental e permite que cada um se sinta sujeito de um encontro e não como portador de uma doença e objeto de cuidados.

O indivíduo que está morrendo bem como os familiares que estão envolvidos neste processo enfrenta vários questionamentos de natureza existencial. A percepção do sentido da vida, da paz, da esperança e dos valores exerce total influência de como vivenciar a finitude da vida. O profissional da saúde também enfrenta este processo emocional de reavaliação de valores, afinal ele tem nos seus ideais um compromisso com a vida, porém, junto a esses ideais soma-se a responsabilidade do “cuidar” exigindo deste profissional preparo para exercer suas funções de maneira altruísta para que o luto seja marcado como um momento de resposta ao rompimento do vínculo, e não um fracasso profissional, constituindo a filosofia do cuidar paliativo objeto de sua ação. (MOTA et.al., 2011)

Sales et.al. em sua dissertação redigida no ano de 2008 traduziu de forma autêntica a essência do cuidar. Ele decorre: Há de se buscar na arte de cuidar novos horizontes. O cuidar, cuidar de si, cuidar da vida, cuidar da finitude, está na origem da existência, é inerente ao ser humano; é um modo de ser sempre presente, essencial; nossas ações rotineiras, cotidianas demonstram nossa preocupação e zelo pela vida e pela morte. Nesse sentido, podemos entender que a arte de cuidar é uma atitude de compromisso humanitário. (SALES et. al., 2008)

O exercício profissional da enfermagem está intimamente ligado a superação e ao desprendimento de medos íntimos, sendo de extrema importância o estado reflexivo aliado a inteligência emocional. Estas ações irão permitir a empatia e a autêntica relação enfermeiro/paciente, contribuindo para que o paciente usufrua a vida em sua plenitude. Assim em cuidados paliativos preconiza-se a compaixão, o tratamento ininterrupto e a não indução a morte, aceitando o limite da vida, objetivando o cuidado e não a cura através do respeito aos princípios éticos da veracidade. (PIMENTA, 2010)

Não podemos mensurar o tamanho do sofrimento do paciente, nem mesmo descrever seus sentimentos diante deste processo, a morte assim como o nascimento é um processo individual, porém diante da finitude da vida, cada indivíduo reage de acordo com seus próprios conceitos culturais e espirituais, sendo um momento com certeza de extrema dificuldade para todos, visto que associados com a consciência da finitude estão os males físicos que mesmo quando controlados, limitam a total funcionalidade, levando pacientes, familiares e profissionais de saúde a uma espera reflexiva sobre o término da vida. Assim, os profissionais da enfermagem necessitam “pensar” sobre a morte em primeira pessoa para que todos possam prestar assistência com mais lucidez buscando um atendimento eficaz e completo. (MARTINS, 2007).

3. Conclusões

Diante do tema proposto é possível identificar a importância de emoções diversas que nos remete ao nosso íntimo, gerando na maioria das vezes uma identificação com o universo dos pacientes, criando uma interligação que deve ser mantida com competência e profissionalismo. Cada indivíduo reage de maneira peculiar diante da morte eminente, sentimentos diversos e conceitos adquiridos ao longo da vida tornam-se evidentes nesse momento.

O Enfermeiro deve estar preparado e embasado no estudo disciplinar em cuidados paliativos agregando a empatia e o amor que deve ser a base para qualquer profissional da enfermagem.

A produção do presente artigo e principalmente a escolha do tema, foi realizada com base em observações

que me permitiram questionar a real percepção do tema proposto bem como afirmar a importância de discutir e difundir a atenção à saúde mental do enfermeiro.

4. Referências Bibliográficas

BOEMER M. R. Sobre cuidados paliativos. Rev Esc de Enferm da USP, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1-4; Setembro de 2009.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). Estimativa 2012. Incidência de câncer no Brasil. Disponível em <http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/index.asp?ID=2>. Acesso em 18/09/2012.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução Cofen 311/2007. Art. 1º e 25º. COREN; Fev. 2007.

CAMPOS, S. H.; BOOG, M. C. F. Cuidado Nutricional na visão de enfermeiras docentes. Rev. Nutrição. Campinas, v.19, n.2, p. 2-3; Março/Abr. 2006.

COSTA R. et.al. O legado de Florence Nightingale: Uma viagem no tempo. Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, p. 662-664; Out/Dez. 2009.

FLORIANI, C.A; SCHRAMM, F.R. Cuidados Paliativos: interfaces, conflitos e necessidades. Rev. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, vol.13, n.2, p. 4-8; Dez. 2008.

GEORGIAA. & MELO C. Os cuidados paliativos no Brasil. Revista Brasileira de Cuidados Paliativos. Ano 1, vol. 1, p. 5-8. São Paulo; 2008.

MACHADO M. A. Cuidados Paliativos e a construção da identidade médica paliativista no Brasil. Dissertação apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, p. 08-15; Junho 2009.

MOTA M.S. et. al. Reações e sentimentos de profissionais da enfermagem frente a morte dos pacientes sob seus cuidados. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre, v. 32, n.1; Março de 2011.

MARTINS A.A. Consciência de finitude, sofrimento e espiritualidade. *O Mundo da Saúde*. São Paulo, v.31, n. 2, p. 174-178; Abr/junh 2007.

PAULINO L.C. A Morte: reflexão acerca da Assistência de Enfermagem. Dissertação apresentada ao Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), Monografia, p. 1-11. São Paulo; 2008.

PEIXOTO A.P.A.F. Cuidados Paliativos. Minas Gerais: Sociedade de Tanatologia e Cuidado Paliativo de Minas Gerais (SOTAMIG), 2010. Disponível em <http://www.sotamig.com.br/Cuidados%20Paliativos%20-%20generalidades.pdf>. Acesso 18/09/2012.

SALES C.A. et. al. Cuidado Paliativo: a arte de estar-com-o-outro de uma forma autêntica. *Revista de Enfermagem UERJ*. Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 174-179; Abr/junh 2008.

SANTANA, J.C.B. et. al. Ortotanásia: significado do morrer com dignidade na percepção dos enfermeiros do curso de especialização em Unidade de Terapia Intensiva. *Rev. Centro Univ, São Paulo*, v. 4, nº 3, p. 325-326. São Camilo: 2010.

SCHARAMM F.R. Morte e finitude em nossa sociedade: implicações no ensino dos cuidados paliativos. *Rev Bras Cancerol*, Rio de Janeiro, v.48, n.1, p. 17-20; Janeiro de 2002.

SILVA A.E. Cuidados paliativos de Enfermagem: perspectivas para técnicos e auxiliares. Dissertação (Mestrado) apresentada a Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis; p. 172-175; Maio de 2008.

SILVA E.P.; SUDIGURSKY D. Concepções sobre cuidados paliativos: revisão bibliográfica. *Acta Paul Enferm*. Salvador/ BH, v.21, n.3, p.504-508; Març/junh 2008.

O ENFERMEIRO FRENTE À SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE

**Marisa Moreira Teixeira¹, Robson Pereira Rosa¹, Silvana Nunes da Silva¹,
Maria Helena Bacaicoa¹**

Universidade Ibirapuera
Av. Interlaos, 1329 – São Paulo – SP
silvana_enfa@hotmail.com

Resumo

A assistência de enfermagem ao idoso vem evoluindo com o passar do tempo, principalmente por conta do aumento da expectativa de vida da população. O envelhecimento são as alterações graduais irreversíveis na estrutura e funcionamento de um organismo que ocorrem como resultado da passagem do tempo, processo de envelhecimento em qualquer parte entre o nascimento e a velhice; outros fatores ambientais e culturais promovem o envelhecimento do ser humano.

A Sexualidade é a constituição de um indivíduo em relação a atitudes ou atividades sexuais. Apesar de pouco discutido, a sexualidade na terceira idade continua latente, e apesar das limitações físicas ou as transformações inerentes ao processo de envelhecimento, a sexualidade continua ativa e inúmeras dúvidas envolvem o universo dos idosos. O enfermeiro possui inúmeras funções dentre elas a de educador. Ele possui as ferramentas necessárias para assistir o idoso em suas dificuldades tanto físicas como emocionais. Estas ferramentas devem ser embasadas pelo conhecimento técnico/teóricos aliados a empatia e ao bom senso.

Esta pesquisa visa abordar de maneira breve as principais mudanças que ocorrem no envelhecimento visando aliar o conhecimento ao atendimento do idoso sobre a sexualidade.

Palavras-chave: Terceira Idade, sexualidade, enfermagem

Abstract

Nursing care for the elderly has evolved over time, mainly due to the increase in life expectancy of the population . Although little discussed , sexuality in old age remains latent , and despite physical limitations or processing inherent to the process of aging, sexuality remains active and many questions surround the universe of idosos. Está research aims to address briefly the main changes that occur in aging in order to combine the knowledge to care for the elderly about sexuality . We denote the importance of the role of the nurse in sexuality in old age through the emotional and physiological knowledge experienced in the aging process . Given this concept is evident the importance of sexuality and especially knowledge about the main difficulties experienced . Although society regard as null sexuality in the elderly , it exists and needs to be demystified by clarifying and eliminate prejudice . Aging causes many physiological changes in the elderly . In women there is a change in personal and social level that begins between 48 and 51 years, menopause is characterized by the end of menstruation and reproductive function . “ Menopause is a critical phase in the life of the woman, a psychological phase delicate clear changes in behavior may occur . “ These changes that directly influence sexuality. In man the aging process is different. Normally , this is satisfied with one or two ejaculations weekly , regardless of the context of coitus or sexual partner requirements . The greatest anguish of men lies in their sexual performance pleasure. The sexuality of the elderly can be exercised in a healthy way , and something very pleasurable for him, just as it is for younger people . It is up to the nurse to guide the elderly through knowledge associated with the pleasurable sense and respect for him , just as it is for younger people.

Keywords: Elderly, sexuality, nursing

1. Introdução

A sexualidade nos últimos anos sofreu uma evolução deixando de ser encarada apenas como um ato genital/sexual, ampliando o conceito apenas físico passando a abranger a influência emocional e sentimental que o sexo representa. A Organização Mundial da Saúde define sexualidade como: “uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura, intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.” (BRAGA, 2012).

Diante deste conceito é notória a importância da sexualidade e principalmente o conhecimento a respeito das principais dificuldades vivenciadas. Em todas as fases da vida este assunto é passível de orientação, e na terceira idade não é diferente. Apesar de a sociedade encarar como nula a sexualidade no idoso, ela existe e precisa ser desmistificada através do esclarecimento e da quebra de preconceitos.

O envelhecimento fisiológico acarreta inúmeras mudanças na terceira idade, mudanças estas que influenciam diretamente na sexualidade. Tais mudanças decorrem do próprio envelhecimento fisiológico afetando todas as pessoas que chegam à terceira idade. O enfermeiro precisa conhecer tais transformações para conseguir instruir e compreender os questionamentos apresentados pelos idosos a fim de prestar uma assistência holística. (RISMAN, 2005).

2. Desenvolvimento

Na mulher há uma mudança no nível pessoal e social que se inicia entre os 48 e 51 anos que é a menopausa, caracterizada pelo fim da menstruação e da função reprodutiva. A menopausa acarreta uma série de mudanças fisiológicas. Varella em reportagem publicada em 2012 retrata aspectos da menopausa:

“A menopausa é uma fase crítica na vida da mulher, uma fase psicológica delicada em que alterações nítidas de comportamento podem ocorrer. Mulheres que já passaram por essa experiência e as pessoas que conviveram com elas são unânimes em reconhecer determinados sintomas, entre eles, a depressão e a labilidade emocional. Mesmo aquelas que manifestam pequenas alterações comportamentais, queixam-se da mudança aparentemente sem causa do humor ou da vontade de chorar que inexplicavelmente as invade de uma hora para outra.” (VARELLA, 2012)

Esta é uma fase em que a sexualidade feminina torna-se bastante problemática e precisa ser acompanhada para que não os problemas não sejam prolongados influenciando a vida sexual da mulher em definitivo. As mudanças sexuais são mais lentas e progressivas pela diminuição na produção dos hormônios femininos. Efetivamente, a resposta sexual sofre algumas alterações, mas não desaparece. A nível genital, por exemplo, o déficit hormonal provoca, como elemento mais significativo em relação à sexualidade, uma progressiva atrofia da vagina, cujas paredes se tornam mais finas, perdem elasticidade e são menos lubrificadas, podendo levar a algum desconforto ou mesmo a algumas dores durante o coito, mas que são perfeitamente evitáveis com o uso de cremes lubrificantes. Também se produzem nesta etapa alterações na resposta sexual, uma vez que, por exemplo, tende a haver uma redução na rapidez e na intensidade da fase de excitação, mas há que ter em conta que isso depende em grande medida do nível de estimulação: para obter uma resposta sexual plenamente satisfatória é suficiente uma adequada cumplicidade com o parceiro, um maior relaxamento e entrega. (SANTOS, 2012)

A mulher durante o processo de envelhecimento tende a anular sua sexualidade, as mudanças físicas fazem com que a mulher não se sinta mais atraente ou capaz de provocar o desejo no parceiro. O estímulo e a conversa sincera são fundamentais para que ela consiga encontrar-se dentro desta nova fase que quando acompanhada de maneira adequada torna-se satisfatória, pois a mulher pós menopausa encontra-se em maturidade emocional e pronta para usufruir da sua sexualidade sem tabus, vivenciando com plenitude a intimidade sem as barreiras psicológicas impostas pela juventude. (SILVA, 2006)

No homem o processo de envelhecimento é diferente. Normalmente o homem não pensa que o seu tempo acabou, pois apesar da evolução nas relações humanas, o homem fisicamente e culturalmente não demonstra seus sentimentos e frustrações tão explicitamente como as mulheres. Fisiologicamente a produção de espermatozoides após os 40 anos é menor, mas não totalmente ausente.

Há redução da produção de testosterona, mas de forma lenta e pouco pronunciada. Existem homens que desencadeiam crises com sintomas psicológicos como depressão, irritabilidade, falta de impulso sexual e queda dos

níveis de testosterona. No homem idoso, sob um estímulo sexual eficaz, a ereção demora a estabelecer-se 2 a 3 vezes mais; uma vez obtida conserva-se bastante mais tempo sem ejaculação, sendo mais difícil obtê-la de novo se a perder antes da ejaculação. Na fase orgástica há um desaparecimento da primeira parte, isto é, não há contração dos órgãos reprodutores, pelo que não haverá a sensação de inevitabilidade ejaculatória. A duração do período refratário aumenta consideravelmente. Normalmente, este se satisfaz com 1 ou 2 ejaculações semanais, independentemente do contexto do coito ou exigências sexuais da parceira. Importa salientar também que para cada década registra-se uma diminuição progressiva na resposta sexual. Contudo, nunca se verifica o seu completo desaparecimento. (MARZANO, 2006)

3. Sexualidade na Terceira Idade e o papel do Enfermeiro

A enfermagem é uma ciência humanizada que possui como princípio básico a empatia e o conhecimento técnico para a assistência aos pacientes/clientes. Diante disto, todos os problemas que afligem o ser humano são importantes e principalmente quando lidamos com a saúde do idoso. A sexualidade diante de tantas dificuldades vivenciadas no processo de envelhecimento parece não ter tanta importância, porém a sexualidade faz parte das necessidades fisiológicas do ser humano, e não pode ser considerada nula. Atualmente a sexualidade é reconhecida como uma das dimensões importantes para qualidade de vida. O enfermeiro precisa estar preparado para orientar e abordar este assunto com pacientes na terceira idade, visto que faz parte de suas funções como educador e prestador de assistência humanizada. (QUESADO et. al., 2011)

É importante reconhecer que a terceira idade é uma fase caracterizada por três fatores fundamentais. Segundo Marmo em artigo apresentado em 2012, estes fatores são:

- Stress relacionado a acontecimentos que alteram e perturbam a seqüência e o ritmo dos ciclos vitais;
- Balanço, caracterizado por uma maior interiorização, com reexame e reavaliação de competências e prioridades.
- Alteração na perspectiva temporal, na qual se começa a pensar em termos de vida restante e não mais em tempo vivido e assim torna a confrontação com a morte

algo mais presente e próximo.

Diante disto, é possível reconhecer que para o idoso os acontecimentos são interiorizados com maior profundidade visto que cada um possui suas peculiaridades frente à vivência e enfrentam além das transformações e limitações físicas, conflitos internos resultantes destas transformações. Cabe à enfermagem estimular o idoso a encarar o processo de envelhecimento como um período dinâmico, que propicie reflexões sobre o passado de forma a cultivar uma visão esperançosa de futuro, e, acima de tudo, dar-lhe um tratamento digno, ouvindo-o atentamente, focalizando sua atenção no presente e discutindo com ele seus planos futuros, garantindo-lhe desta forma sua individualidade e respeito. A sexualidade faz parte deste contexto, é necessário que o enfermeiro tenha cautela ao abordar o assunto visto que cada idoso encara a sexualidade de uma maneira podendo muitas vezes bloquear em si as possibilidades de ter uma vida sexual ativa. Denota-se ainda a importância de instruí-los sobre as doenças sexualmente transmissíveis visto que sofre os mesmos riscos inerentes a sexualidade em qualquer fase da vida. (MARMO, 2012)

Em reportagem apresentada no Jornal da UNICAMP, 2008, o autor Manuel Alves Filho aborda as principais dúvidas sobre sexualidade na terceira idade. Segundo ele muitas mulheres, por exemplo, não sabem até quando deveriam manter a atividade sexual. Várias acreditam no mito segundo o qual a menopausa seria um marco para a supressão dessa prática. Algumas, por conta de crenças religiosas, consideram que o sexo está exclusivamente vinculado à reprodução. Os homens, conforme apurou o autor, apresentam menos dúvidas do que as mulheres, mas mesmo assim também demonstram significativo grau de desconhecimento sobre a própria sexualidade. A questão que mais preocupa o grupo é a impotência. Muitos não sabem identificar se uma eventual dificuldade de ereção tem origem emocional ou fisiológica. A maior angústia dos homens reside no seu desempenho sexual. Já as mulheres preocupam-se mais com a possível diminuição da libido, do prazer. A reportagem relata ainda que no envelhecimento:

Existem algumas perdas fisiológicas, claro, mas elas não interferem necessariamente no desempenho sexual. Se a pessoa tinha uma vida sexualmente saudável aos 30 ou 40 anos, nada impede que ela mantenha isso aos 60 ou 80. A sexualidade não se resume ao ato sexual em si. Ela contempla também companheirismo e afetividade, entre outros aspectos. A sociedade precisa compreender melhor essas questões, para que os idosos não continuem sendo alvo de preconceito ou negligência nesse aspecto. Não podemos recriminar nem ridicularizar o idoso apenas porque ele quer ir a um baile ou deseja manter uma vida afetiva. "Além de esse grupo ter direito a uma vida plena e com qualidade, não pode esquecer que um dia nós também envelheceremos e desejaremos ser tratados com mais carinho e dignidade.(FILHO, 2008).

A sexualidade do idoso pode ser exercida de maneira saudável, sendo algo muito prazeroso para ele, da mesma forma que o é para pessoas mais jovens. Assim como nas outras faixas etárias, é importante que seja acompanhada da afetividade. Amar e ser amado faz muito bem para todas as pessoas e cabe às famílias respeitar a intimidade do casal idoso. A sexualidade do idoso nunca pode ser motivo de chacota ou de comentários inconvenientes entre parentes e amigos: da mesma forma, com o que acontecem com os mais jovens, alguns detalhes não dizem respeito a ninguém, a não ser o casal, e devem ser mantidos entre quatro paredes. Cabe ao enfermeiro orientar o idoso através do conhecimento associado ao bom senso e respeito.

4. Conclusão

O processo de envelhecimento é um período difícil e a maneira de ser enfrentado depende das condições culturais, sociais e físicas de cada um. O enfermeiro é o profissional que atende o ser humano em sua plenitude, lidando não apenas com as limitações físicas mas com todas as dificuldades vivenciadas pelo paciente. Na saúde do idoso, nos deparamos com a realidade vivenciada por eles e a dificuldade que muitos encontram de conseguir quebrar tabus e abordar a sexualidade como algo inato/natural em qualquer fase da vida.

Com a proximidade que o profissional da enfermagem consegue o idoso passam a confiar seus problemas e principalmente, sente-se confortável para compartilhar suas dúvidas. É necessário que o enfermeiro estimule o idoso a conversar, auxiliando na qualidade de vida do mesmo, buscando oferecer o melhor de seus conhecimentos para promover uma assistência de enfermagem eficiente

oferecendo ao idoso esperança e novas perspectivas.

5. Referências Bibliográficas

BRAGA M.R. Saiba o que é sexualidade e conheça seus direitos. Centro de Estudos e Pesquisas de Comportamento e Sexualidade. Psicóloga e Terapeuta Sexual. 2012.

CAETANO S. Sexualidade na terceira idade. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Paulista como exigência parcial para conclusão de Curso de Graduação em Enfermagem. São Paulo, 2008.

FILHO M.A. Dúvidas, negligência e preconceito estigmatizam sexualidade na velhice. *Jornal da UNICAMP*. Campinas; 2008.

MARMO A.R. Epidemiologia do Envelhecimento. [Texto on line]. Disponível em <http://www.slideshare.net/enfermagem-do-idoso>. Fev. 2012. Acesso em 29/04/2013.

MARZANO C. Sexualidade na terceira idade: mudanças no homem. Centro de Orientação e Desenvolvimento Sexual. [texto on line]. Disponível em <http://www.riototal.com.br/feliz-idade/medica06.htm>. São Paulo; 2006. Acesso em 15/05/2013.

QUESADO A.J.P.D. et.al. Sexualidade do idoso: perspectiva do enfermeiro. III Congresso SPESM Informação e Saúde Mental. p. 154. Nov. 2011.

RISMANA A. Sexualidade e terceira idade: uma visão histórico cultural. Texto trabalhado em dissertação de mestrado da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA L. Sexualidade na terceira idade. Trabalho apresentado à Disciplina: Intervenção Psicopedagógica na população Idosa. São Paulo, 2006.

VARELLA D. Menopausa: Aspectos Psicológicos. Programa de atenção à saúde psicológica da mulher desenvolvido no Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo. [Texto on line]. Disponível em drauziovarella.com.br/envelhecimento/sexualidade-depois-dos-60-anos/. Acesso em 30/04/2013.

VICENTE N. Sexualidade e a terceira idade. Licenciada em Enfermagem. Mestranda do 2º ano do Mestrado em Saúde e Desenvolvimento do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2005.

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A Revista da Universidade Ibirapuera é uma publicação semestral da Universidade Ibirapuera.

1. Missão

A Revista da Universidade Ibirapuera tem como missão auxiliar a divulgação de trabalhos realizados por alunos de iniciação científica, profissionais, pós-graduandos e professores.

2. Instruções Gerais

Os artigos devem ser enviados para o e-mail: revista@ibirapuera.br e duas cópias impressas para:

Prof.^a Camila Soares
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Av. Interlagos, 1329 – 4º andar – Chácara Flora
CEP 04661-100 – São Paulo/ SP

As seguintes contribuições serão consideradas para publicação: trabalhos científicos originais, relatos de casos de interesse especial, notas técnicas (comunicações breves), revisões, editoriais (mediante convite dos editores), revisões de livros e cartas ao editor.

Reservam-se à Revista da Universidade Ibirapuera todos os direitos autorais do trabalho publicado, inclusive de tradução, sem remuneração alguma aos autores do trabalho. Por ocasião do aceite do artigo, o autor correspondente (responsável) receberá um formulário de cessão de direitos autorais, que deverá retornar firmado por todos os autores

Os artigos serão submetidos à revisão pelo Conselho Editorial e pelo Conselho Científico (revisão por pares). A decisão final de aceitação ou rejeição de artigos é tomada soberanamente pelo Conselho Editorial. Artigos serão considerados para publicação no entendimento de que não estejam submetidos simultaneamente para publicação em outra Revista, em qualquer idioma.

Os trabalhos não aceitos pelo Corpo Editorial serão devolvidos aos autores. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião do Corpo Editorial. À Revista reservam-se todos os direitos autorais do trabalho publicado, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição e com a devida citação da fonte. A data de recebimento e aceitação do original constará, obrigatoriamente, no final do mesmo, quando da sua publicação. Quando houver experimentos realizados in vivo em homens ou animais, devem vir acompanhados com aprovação do Comitê de Ética que analisou a pesquisa. Os seres humanos não poderão ser identificados a não ser que dêem o consentimento por escrito. Os nomes dos autores devem aparecer apenas na página de título, não podendo ser mencionados durante o texto.

3. Submissão de Trabalhos

Os trabalhos devem ser apresentados em formato Word for Windows, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, tinta preta, páginas numeradas no canto superior direito. As páginas devem ser no formato A4, incluindo as referências, ilustrações, quadros, tabelas e gráficos. O número máximo de páginas por artigo é de vinte (20). O número máximo de autores por artigo é de seis (06).

Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações devem estar em alta resolução, ser limitados ao mínimo indispensável, identificados e numerados consecutivamente em algarismos arábicos. No corpo do texto dever vir a posição aproximada para sua inserção.

Os trabalhos encaminhados podem ser escritos em português, espanhol ou inglês. Os artigos enviados em português e espanhol devem conter o resumo também em inglês (abstract).

Abreviações oficiais poderão ser empregadas somente após primeira menção completa.

Deverão constar, no final dos trabalhos, o endereço completo de todos os autores, afiliação, telefone, fax e e-mail para encaminhamento de correspondência pela comissão editorial.

3.1 Cabeçalho

Título do artigo em português (letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial, tamanho 12 parágrafo centralizado, subtítulo em letras minúsculas (exceção para nomes próprios e em inglês).

3.1.1 Apresentação dos Autores do Trabalho

Nome completo, afiliação institucional (nome da instituição de vínculo (se é docente, ou está vinculado a alguma linha de pesquisa), cidade, estado e e-mail.

3.2 Resumo e Abstract

É a apresentação sintetizada dos pontos principais do texto, destacando as considerações emitidas pelo autor. Para elaboração do resumo, usar no máximo 250 palavras. Palavras-chave e Keywords: . O número de descritores desejados é de no mínimo três e no máximo cinco.

3.3 O Corpo do Texto

3.3.1 Introdução: Deve apontar o propósito do estudo, de maneira concisa, e descrever quais os avanços que foram alcançados com a pesquisa.

3.3.2 Discussão

Interpretar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos existentes, principalmente os que foram indicados anteriormente na introdução. Essa parte deve ser apresentada separadamente dos resultados.

3.3.3 Referências e Citações

Devem ser abreviadas no corpo do texto e em notas de pé de página (autor, ano da publicação e, quando for o caso, página) e completas nas referências no final do texto, segundo as normas para apresentação de trabalhos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Declaração:

Título do artigo: _____

O(s) autor(es) abaixo assinado(s) submeto(emos) o trabalho intitulado acima à apreciação da **Revista da Universidade Ibirapuera** para ser publicado, declara(mos) estar de acordo que os direitos autorais referentes ao citado trabalho tornem-se propriedade exclusiva da **Revista da Universidade Ibirapuera** desde a data de sua submissão, sendo vedada qualquer reprodução total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação de qualquer natureza, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e obtida junto à **Revista da Universidade Ibirapuera**. No caso de o trabalho não ser aceito, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada, sendo feita a devolução do citado trabalho por parte da Revista da Universidade Ibirapuera. Declaro(amos) ainda que é um trabalho original sendo que seu conteúdo não foi ou está sendo considerado para publicação em outra revista, quer no formato impresso ou eletrônico. Concordo(amos) com os direitos autorais da revista sobre o mesmo e com as normas acima descritas, com total responsabilidade quanto às informações contidas no artigo, assim como em relação às questões éticas.

Data: ___/___/___

Nome dos autores Assinatura



**UNIVERSIDADE
IBIRAPUERA**

Líderes que inventam o futuro